TAÇA CAF: BLACK BULLS CONFIRMA PRESENÇA NA SEGUNDA ELIMINATÓRIA AO VENCER O ALIZÉ FORT

Ministério da Educação distribuiu só 4 milhões dos 22 milhões de livros previstos para este ano

Detido presumível assassino de mulheres na cidade da Beira

Nyusi lança 1ª pedra para a construção de edifício para ajudar a combater raptos e terrorismo



26 de Agosto de 2024
Ano XVII, n.º 41127682
Directora de Informação:
Olívia Massango

www.opais.co.mz

O País

Acidentes de viação matam oito pessoas e ferem 28 em Sofala

Oito pessoas morreram e 28 ficaram feridas na sequência de dois acidentes supostamente causados por ultrapassagens irregulares e embate entre viaturas no distrito de Nhamatanda, localizado na província de Sofala. Parte das vítimas encontram-se ainda hospitalizadas.

CAMPANHA ELEITORAL ARRANCA COM PROMESSAS DE REFORMAS PROFUNDAS

Com excepção de Ossufo Momade, os candidatos a Presidente da República iniciaram, no sábado, a sua campanha eleitoral. Daniel Chapo, da Frelimo, prometeu introduzir a educação cívica patriótica e a ética na educação. Em representação de Ossufo Momade, Clementina Bomba disse que a Renamo vai melhorar a educação, saúde e defesa. Do MDM, Lutero Simango prometeu produção local de todos os medicamentos básicos. Já Venâncio Mondlane e o PODEMOS querem criar um Governo inclusivo, capaz de acabar eliminar raptos com ajuda da INTERPOL.

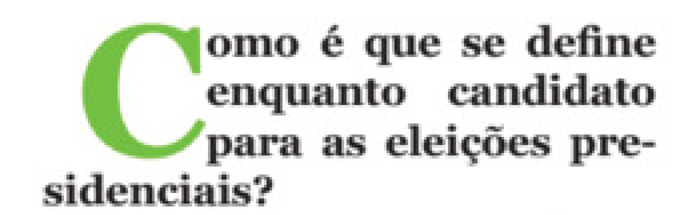
"Educação e saúde não se fazem com dinheiro dos outros"

O candidato presidencial da Frelimo, Daniel Chapo, prometeu financiar a educação e a saúde através de receitas provenientes das actividades da indústria extractiva. Em entrevista ao canal televisivo STV, no âmbito das eleições presidenciais, o político disse, ainda, que um líder tem de ser íntegro. Para detalhes, acompanhe a conversa a seguir.

Texto: Afonso Chavo
Foto: O País



Daniel Chapo, candidato presidencial da Frelimo



Como é que se define enquanto candidato para as eleições presidenciais?

Sou uma pessoa que, geralmente, não gosta de falar de si. Gosto que as pessoas falem, não eu pessoalmente. Mas, como a pergunta foi feita, vou responder. Sou um jovem moçambicano. Nasci a 6 de Janeiro de 1977, no distrito de Cheringoma, posto administrativo de Inhaminga, que é o nome do posto administrativo da vila sede. Eu defino-me como este jovem que agora tem esta oportunidade de continuar a servir o povo moçambicano. Digo isso porque já servi ao nível do distrito, no caso, dois distritos: Nacala-a-Velha, em Nampula, e Palma, em Cabo Delgado. Tive, também, a oportunidade de trabalhar na província de Inhambane, zona Sul. Portanto, sou um moçambicano que nasceu e estudou até ao ensino médio na zona Centro. Depois, fiz ensino superior e comecei a trabalhar na zona Sul e fui viver e trabalhar na zona Norte. Então, defino-me como um jovem moçambicano que tem essa experiência de ter trabalhado e vivido em todo o país.

Porque é que um jovem moçambicano deve votar em Daniel Chapo?

A razão fundamental é simples: primeiro porque tenho este privilégio de ser, neste momento, o único candidato que nasceu depois da independência, num distrito que acabava de sofrer massacre de Inhaminga e também sofri dos horrores da guerra dos 16 anos com cinco anos de idade. Fui capturado junto dos meus pais e vivi dois anos no cativeiro. Portanto, é uma experiência que não quero ver repetir-se para qualquer moçambicano, por isso a paz é fundamental para mim e, como pode ver, ter sofrido os impactos da guerra dos 16 anos fez de mim um jovem que, perante todas as adversidades possíveis, tem sempre esperança. Não nasci na maternidade, não nasci num berço de ouro, nasci numa esteira e, por causa disso, a vida, ao longo do tempo, foi-me ensinando que é preciso servir os outros, e é isto que guia a minha vida: servir, servir e servir. O que me move a concorrer como Presidente da República é servir o povo como patriota. Este é o meu objectivo.

"O que me move a concorrer como Presidente da República é servir o povo como patriota. Este é o meu objectivo"

Servir o povo, hoje em dia, impõe vários desafios e, como começou por falar da questão de segurança, vamos começar mesmo por aí. Há terrorismo em Cabo Delgado há mais de seis anos. Já mais de um milhão de pessoas tiveram de se deslocar, de abandonar toda a sua vida para zonas um pouco mais seguras, mas isso é no Norte. No Sul, temos também a questão dos raptos. Qual é o seu pensamento, do ponto de vista de ideias para combater estes problemas que ameaçam a segurança e a nossa economia?

Em relação ao terrorismo, em primeiro lugar, é preciso perceber que é uma questão de Soberania. Foram cerca de 10 anos de Luta de Libertação Nacional para nós termos a nossa independência, e é graças a essa independência que temos hoje um Bilhete de Identidade, um passaporte, uma bandeira, um hino nacional e este orgulho de sermos moçambicanos. É preciso saber que, para nós estarmos hoje independentes e em paz, há jovens que se sacrificaram. O país sempre foi feito por jovens. Nós chamamos jovens de 25 de Setembro, porque foram eles que desencadearam a Luta de Libertação Nacional, no dia 25 de Setembro de 1974, no posto administrativo de Chai, em Cabo Delgado, e é preciso preservar esta independência, preservar a nossa soberania, preservar a nossa integridade nacional e preservar a paz. É preciso perceber que o terrorismo é um fenomeno internacional que, neste momento, está a beliscar a nossa soberania, a nossa integridade territorial, a nossa independência, a nossa paz e, consequentemente, o nosso desenvolvimento. À semelhança do que nós, como moçambicanos, fizemos, unidos conseguimos derrotar o colonialismo e conseguimos combater a guerra dos 16 anos, é extremamente importante perceber que, no terrorismo, o desafio é o mesmo. Põe em causa a nossa unidade nacional, o nosso desenvolvimento, a paz, integridade territorial e independência. É um mal que todos nós, moçambicanos, precisamos de nos unir, tal como fizemos para derrotar os inimigos anteriores.

É muito importante percebermos que, para derrotarmos o terrorismo, precisamos de união e de percebermos que o terrorismo não é problema de partidos políticos e não está relacionado a grupos de pessoas, é de todos nós.

Para si, a única coisa que está a faltar para que possamos vencer o terrorismo é a união?

Não é única coisa. Já disse que é um fenómeno internacional e há vários factores neste processo. É importante dizer que há factores que só se percebem a partir da altura em que a pessoa assume o país. Neste momento, é pratica-

mente impossível perceber esses fenómenos.

E como é que pode unir os moçambicanos neste desiderado de combater o terrorismo e como juntar os moçambicanos numa mesma narrativa, num mesmo objectivo?

Não é uma questão de narrativa, é uma questão de objectivo. À semelhança do que aconteceu, como eu disse aqui, durante a Luta de Libertação Nacional, é preciso unirmo-nos e vencermos o colonialismo. Durante a guerra de 16 anos, também foi necessário percebermos que, sem a guerra terminar, sem alcançarmos a paz, não é possível desenvolvermos o país e, neste momento, é a mesma coisa. O que eu queria explicar é que, apesar de nós percebermos estes fenómenos todos que podemos perceber depois de assumirmos o país, sem que haja unidade, que o aspecto fundamental é impossível vencer qualquer outro mal que seja. A nossa unidade é como se fosse a força principal, depois vêm as outras. Por isso, eu toco a questão da unidade nacional numa única frente. Nós temos de ter uma causa comum para podermos alcançar um determinado objectivo.



E como mobilizar os moçambicanos para esta causa?

É uma razão muito simples. Já disse aqui e vou voltar a dizer. É preciso perceber que o terrorismo está, neste momento, a pôr em causa a nossa unidade nacional, é preciso perceber que o terrorismo está a pôr em causa a nossa soberania, é preciso perceber que o terrorismo está a pôr em causa a nossa integridade territorial, é preciso perceber que o terrorismo está a pôr em causa a nossa paz e, consequentemente, o nosso desenvolvimento. Então, com esta narrativa e fazer perceber aos moçambicanos que sem a paz não há desenvolvimento, é possível os moçambicanos perceberem que realmente precisamos de nos unir para enfrentar este mal, que é global, mas que está a afectar, neste momento, também Moçambique, e vou repetir: à semelhança de que nós derrotámos o colonialismo, derrotámos, portanto, a instabilidade que estava a afectar o nosso país, alcançámos a paz, tenho certeza absoluta de que é possível vencer o terrorismo. Mas repito: o terrorismo é uma questão que está a afectar a nossa soberania, a nossa integridade territorial, a nossa paz, o nosso desenvolvimento, consequentemente. Por isso, o terrorismo não pode ser visto como uma questão de partidos políticos, deve ser visto como uma questão que está a afectar a nação, a afetar Moçambique e todos os moçambicanos.

Eu vou dar um exemplo muito simples para perceber o que estou a explicar. Neste momento, existem recursos financeiros que podiam ir para construir mais estradas, mais centros de saúde, mais hospitais, comprarmos mais medicamentos, abrir mais furos de água para a população, expandirmos mais energia, mas estes recursos financeiros estão, neste momento, a ser alocados às nossas Forças de Defesa e Segurança. É preciso perceber que a consequência da existência do terrorismo está a afectar todos nós, como moçambicanos.

O seu investimento vai ser mesmo nesta questão conceptual de compreensão e percepção dos efeitos do terrorismo e menos nas questões militares ou vai fazer as duas coisas em simultâneo?

Nem vou fazer as duas, vou fazer as três.

Quais?

A primeira disse muito bem: é a frente relacionada com o combate ao terrorismo no terreno. A segunda é mobilizar os moçambicanos por fundamentos que já avancei para perceber e avançarmos como um inimigo comum ao terrorismo, que está a afectar todos os moçambicanos.

E já disse aqui o fundamento. Recursos financeiros estão a ir para lá que deviam ser feitos, ou melhor, alocados para outros bens comuns que podiam desenvolver o país. A terceira linha é o diálogo. Não se alcança a paz sem ir realmente para a linha do diálogo. E para qualquer mal que exista ao nível do mundo existem sempre lideranças que estão a conduzir este processo. É preciso trabalhar, localizá-los, dialogar e alcançar a paz.

"Por causa dos raptos, estes moçambicanos já não estão neste nosso solo pátrio, não estão no país. Podem estar em Portugal, podem estar em Dubai ou no Brasil, ou qualquer outra parte do mundo. É um mal que precisa realmente de ser resolvido"

E os raptos?

Os raptos são um mal que também está a afectar todos os moçambicanos, não só aqueles que estão a ser raptados. Temos irmãos nossos moçambicanos, empresários, que estariam aqui a continuar a dar emprego, portanto, há tantos moçambicanos do Rovuma a Maputo, que estavam a investir, mas, neste momento, por causa dos raptos, estes moçambicanos já não estão neste nosso solo pátrio, não estão no país. Podem estar em Portugal, podem estar em Dubai ou no Brasil, ou qualquer outra parte do mundo. É um mal que precisa realmente de ser resolvido.

E que ideias para resolver?

A ideia é muito simples. É preciso reforçar as instituições do Estado, porque o Estado tem de ter poder, realmente, de combater este mal como deve ser. E nós precisamos de reforçar o poder do Estado no seu todo, mas principalmente de instituições públicas que devem realmente combater este mal.

Isso passa por revisões legislativas ou é apenas a forma como se encaram as instituições do Estado actualmente?

Passa por reformas legislativas, que é realmente para reforçar, como eu disse, por via das leis, mas também passa por indicar para estes locais e estes lugares pessoas com capacidade para poderem, só, como é que eu posso dizer, queria dizer que esta capacidade não é uma capacidade só humana ou intelectual, mas também dotá-los de meios, estou a dizer, de meios materiais, meios financeiros e meios humanos capazes realmente de combater este mal que está a afectar não só os nossos irmãos que estão a ser raptados, mas todos nós, como sambicanos.

Sente que é isto que está a faltar actualmente? Dotar estes recursos humanos de recursos técnicos e materiais?

Eu não estou aqui para dizer aquilo que eu acho que deve ser feito e vou fazer. E vamos fazer de acordo com a equipa que for a ser instalada. Esta é que é a ideia, que eu acho que é possível, sim, combater os raptos, colocando pessoas com capacidade, não só intelectual, mas depois dotá-las de meios financeiros, materiais, humanos, para poder corresponder a esta vontade que as pessoas que vão ser colocadas precisam de ter, mas também a questão relacionada com a colaboração das pessoas que estão a ser raptadas. Há informações também de que as vítimas que estão a ser raptadas não colaboram, e dizem que não confiam no Estado, mas eu tenho certeza absoluta de que, colocando pessoas sérias, colocando lá meios e colocando lá recursos, sejam financeiros, sejam materiais ou humanos, pode-se estabelecer a confiança que é necessária para que realmente, tanto por parte das pessoas que estão a ser raptadas, como por parte do Estado, haja esta confiança. E quando se estabelece a confiança, nasce a união, que eu disse no iní-

cio dessa entrevista, e esta união permite o combate a qualquer mal que seja, tal como o rapto, podemos, como eu disse aqui, combater devidamente o terrorismo.

Só para finalizarmos esta questão, sei que, na qualidade de advogado e governante, acompanha de perto o combate aos raptos, ou pelo menos os informes da procuradora-geral da República. E uma das questões de que ela quase sempre fala quando se refere aos raptos é a sofisticação dos mecanismos que os raptores usam a cada vez, do ponto de vista tecnológico, e que Moçambique não está a ter condições de responder à mesma medida por falta de dinheiro. Como mobilizar recursos para combater estes raptos num contexto de escassez?

É uma pergunta a que já respondi e vou voltar a responder e explicar. Como eu disse aqui, para combater os raptos é preciso que se coloque, primeiro, capacidade humana. Pessoas íntegras, pessoas sérias, pessoas honestas, pessoas que percebem o fenómeno do rapto. Primeiro aspecto. Segundo, é preciso, como disse muito bem, colocar meios materiais, humanos, financeiros, para poder corresponder.

Como ter este dinheiro que vai comprar meios técnicos?

Para o país ter dinheiro, é preciso nós podermos atrair investimentos, sejam nacionais ou estrangeiros, para que realmente, por via destes investimentos que vão acontecer, haja emprego, haja a questão relacionada com estas empresas pagarem ao Estado as suas obrigações, estamos a falar de impostos e outras obrigações necessárias, que vão fazer com que o Estado tenha receitas necessárias através dos cofres do Estado e a partir daí é que vamos fazer a planificação de combate aos raptos, ao terrorismo e ao desenvolvimento do país. É assim como se conseguem os recursos. Agora, pensar que se vai pedir dinheiro a alguém para combater os raptos, para combater o terrorismo, é difícil, porque eu já falei e vou repetir: o nosso principal objectivo no nosso manifesto eleitoral é a independência económica, e só com a independência económica é que o país terá recursos próprios para planificar as prioridades que o país deve fazer, e uma das prioridades é esta que estamos a conversar aqui, a questão relacionada com os raptos, a questão relacionada com o combate ao terrorismo, para alcançarmos a paz, e só com a paz é que há desenvolvimento. Então, é assim que nós vamos conseguir os recursos. Uma das questões que travam o desenvolvimento em Moçambique é a corrupção. Um dos casos, por exemplo, mais famosos dos últimos tempos está relacionado com as dívidas ocultas, que é a corrupção.

Caso os moçambicanos decidam que entre Daniel Chapo, Lutero Simango, Ossufo Momade e Venancio Mondlane o melhor é mesmo Daniel Chapo, e colocam-no na Ponta Vermelha, o que é que vai fazer para travar a corrupção em Moçambique, desde a pequena até à grande corrupção? Pergunto isto num contexto em que praticamente todos os presidentes que tiveram de fazer campanha. Entre os presidentes e os candidatos, o discurso da corrupção sempre esteve lá. Ainda assim, continua a ser um entrave para o desenvolvimento do nosso país.

Primeiro vou fazer aquilo que eu sempre fiz, sou servidor público, e sempre fui.

O que é que isto significa?

Significa que tenho de começar comigo. Desafio-lhe a procurar a minha ficha. Se encontrar alguma nódoa, venha dizer que encontrou. A liderança primeiro se lidera pelo exemplo. Eu já fui administrador distrital. Pode ir para a Nacala-a-Velha procurar saber o que lá foi feito. Se há alguma mancha na minha ficha.

No contexto da corrupção?

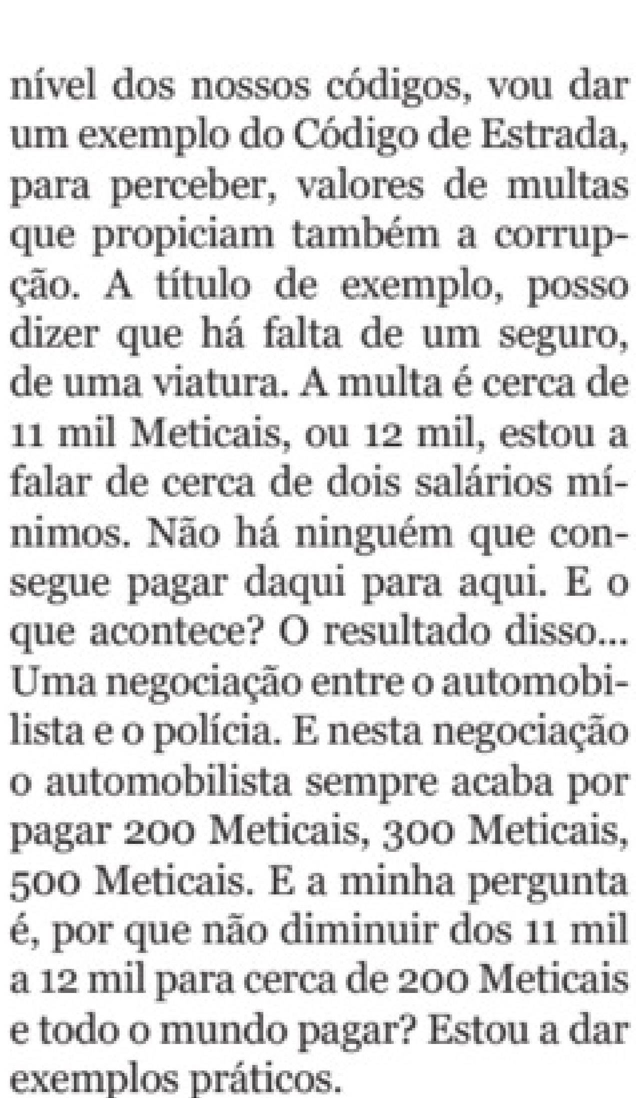
Sim, no contexto da corrupção. Desafio-lhe a ir a Palma. Procurar saber se alguma coisa existe. Fui governador de Inhambane por oito anos. Pode ir para lá. E pode procurar. Se encontrar alguma coisa, pode vir-me dizer.

Portanto, para a questão da corrupção, o exemplo vai ser a maior arma?

Um líder tem de ser íntegro. E eu estou a dizer aqui que este é o primeiro passo. Porque eu não posso ter aquele princípio de que faça o que eu digo e não faça o que eu faço. Este é o primeiro ponto. O líder tem de ser o exemplo para este aspecto. O segundo aspecto, depois desta liderança, por exemplo, isto é que vai permitir tomar medidas, não é? Se eu não sou exemplo do combate à corrupção, se eu não sou íntegro, fica muito difícil eu poder combater a corrupção. Este é o primeiro passo. Em relação a isso, o segundo aspecto está relacionado com as medidas que podem ser tomadas. Já disse isso e vou repetir: que o combate à corrupção não é só falar, não é só fazer leis e não é só tomar medidas. É preciso agir do lado preventivo. Vou dar dois, três exemplos. Um dos exemplos que faz com que haja corrupção é a questão relacionada com o contacto diário entre as pessoas. Este contacto diário entre as pessoas propicia a corrupção. Então, uma das soluções que nós vamos adoptar é realmente digitalizar o Estado. Com a digitalização do Estado, as pessoas vão contactar-se menos e, contactando-se menos, dificilmente, ou por outra, vamos até certo ponto diminuir os índices de corrupção. O outro aspecto importante a perceber é que temos áreas, estou a falar por experiência própria, eu sou funcionário público, servidor público. Temos, por exemplo, ao



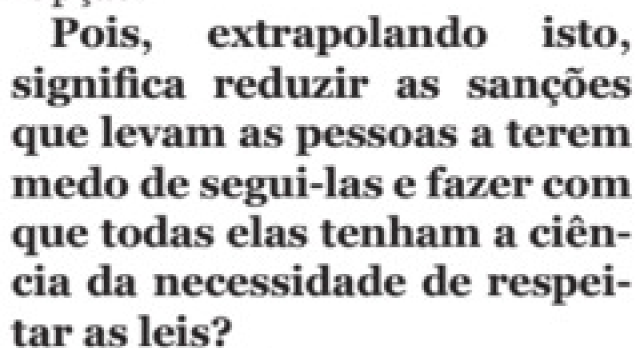
Daniel Chapo é candidato da Frelimo



nível dos nossos códigos, vou dar um exemplo do Código de Estrada, para perceber, valores de multas que propiciam também a corrupção. A título de exemplo, posso dizer que há falta de um seguro, de uma viatura. A multa é cerca de 11 mil Meticais, ou 12 mil, estou a falar de cerca de dois salários mínimos. Não há ninguém que consegue pagar daqui para aqui. E o que acontece? O resultado disso... Uma negociação entre o automobilista e o polícia. E nesta negociação o automobilista sempre acaba por pagar 200 Meticais, 300 Meticais, 500 Meticais. E a minha pergunta é, por que não diminuir dos 11 mil a 12 mil para cerca de 200 Meticais e todo o mundo pagar? Estou a dar exemplos práticos.

Se reduzir até estes níveis, é só um exemplo, assuma que é um exemplo, não vai deixar toda a gente a pensar que pode não ter seguro, por exemplo, porque vai pagar 200 Meticais de multa?

Não. Por uma razão muito simples. É preciso perceber que o seguro é obrigatório. E é preciso fazer com que as pessoas tenham cultura de seguro. O seguro não é para pagar a multa, ou não pagar a multa. O seguro é a vida da própria pessoa que está em jogo. Voltamos àquela questão que eu falei no início, que é preciso mobilizar as pessoas a perceberem o objectivo do seguro e depois podermos, portanto, tomar medidas que possam realmente fazer com que toda a gente saia deste aspecto de corrupção.



Pois, extrapolando isto, significa reduzir as sanções que levam as pessoas a terem medo de segui-las e fazer com que todas elas tenham a ciência da necessidade de respeitar as leis?

Perfeito. O outro aspecto, o terceiro ou o último, falei de três exemplos, é preciso perceber que a questão da corrupção é como qualquer outro tipo de crime, qualquer outro tipo de crime, queria dizer. É como matar, é como roubar, é preciso também educar a própria sociedade, no que toca aos valores éticos, aos valores morais, aos valores que levam com que as pessoas sejam pessoas honestas, pessoas humildes, pessoas íntegras, e é isto que vai fazer com que nós tenhamos uma sociedade, porque roubar ou matar é o mesmo que corromper ou ser corrupto. É preciso que as pessoas tenham vergonha de serem corruptas, que as pessoas tenham vergonha de corromper. E para que as pessoas tenham vergonha de serem corruptas, as pessoas tenham vergonha de corromper, é preciso ter uma sociedade com estes valores que estou a dizer: valores éticos, valores morais, valores de integridade, valores de simplicidade, valores de humildade. E, quando nós dizemos que precisamos de recuperar os nossos valores, é exactamente para chegar a este objectivo de termos uma sociedade melhor.

Tocou no aspecto da educação. E hoje, quando se fala de educação, geralmente não é pelos melhores motivos, porque faltam livros nas escolas e, quando chegam, esses livros estão cheios de erros. E também colocamos um outro sector social, que é o sector da saúde. Que ideia-chave é que Daniel Chapo tem para resolver os problemas fundamentais destes dois sectores? Diz-se que uma sociedade que negligencia a educação e a saúde está condenada ao fracasso, porque, se as pessoas são pobres e não têm uma boa educação, têm menores chances de passar para outra margem. O que é que pensa, Daniel Chapo, sobre estes sectores e o que é que vai fazer exactamente?

O que eu penso é uma coisa muito simples. A educação com o dinheiro dos outros... Não se cuida da saúde da população com o dinheiro dos outros. O que eu quero dizer? O que eu quero dizer é que a educação, neste momento, é feita de projectos. A saúde também é feita de projectos. Quando eu falo da independência económica, que eu fiz referência aqui, e da necessidade de termos recursos próprios para investirmos, como é que deve ser em áreas prioritárias, é exactamente por causa disso. Neste momento, o sector da educação é um sector, quase todo ele, feito por projectos, com exceção de pagamento de salários. Então, se alguém me oferece dinheiro para eu fazer o livro, ele até dita o conteúdo do livro que ele deve fazer. Se al-

guém me oferece o dinheiro para poder comprar medicamentos, ele até dita onde é que eu tenho de comprar o medicamento e que tipo de medicamento eu tenho de comprar. Então, quando eu digo que nós precisamos de trabalhar para termos recursos próprios, por vias que eu já expliquei aqui, é exactamente para nós definirmos, em primeiro lugar, que tipo de educação nós queremos para os nossos filhos e, em função disso, vamos também definir que tipo de currículo nós queremos para os nossos filhos; que tipo de condições temos de criar para os nossos professores, que merecem, e todos os colegas do sector da educação; de que tipo realmente de saúde nós precisamos para a nossa população; que condições nós precisamos de criar para os nossos colegas de saúde, que também merecem, que fazem um trabalho extraordinário, com muito sacrifício e muito empenho, à semelhança da educação e todos os outros colegas da Função Pública. Então, o que eu estou a dizer aqui é que a forma de resolver a educação passa por ter recursos próprios, mas há um aspecto importante que eu quero deixar claro nesta entrevista. Muitos de nós encaramos a educação como se fosse despesa, encaramos a saúde como se fosse despesa, porque são áreas sociais. Eu não encaro a educação como investimento, no sentido que colocou a sua pergunta. Sem uma população educada e sem uma população saudável, é impossível desenvolver um país. Daí que são prioridades, mas são prioridades que devem ser feitas com recursos próprios. E só com recursos próprios é que se vai resolver a questão da educação e a questão da saúde, e não por via de projectos e fazer com que a educação e a saúde, portanto, sejam garantidas por recursos externos, a pessoa que dá os recursos é que define o que deve ser feito e acabamos por fazer coisas que não correspondem àquilo que nós devíamos fazer.



O que é que vai fazer com estes parceiros? Actualmente, sabemos que o maior financiador da educação em Moçambique é o Banco Mundial, e é o mesmo Banco Mundial que financia vários outros sectores importantes para a nossa economia, mas também para a nossa sociedade. Que tipo de negociação, primeiro para a retirada deles e depois de onde é que busca de forma imediata recursos que possam responder a esta necessidade? Na educação, imagino que saiba, entram anualmente 1 milhão e 500 crianças só para a primeira classe e há um ou outro número igual ou superior a este que fica de fora por não haver condições de levar estas crianças à escola. De onde é que vai buscar os recursos para suportar com a retirada dos parceiros, nomeadamente do Banco Mundial?

Retirada, você é quem está a falar. Eu não falei de retirada. Não há nenhum parceiro que se vai retirar. Os parceiros são extremamente importantes para o desenvolvimento do país. Todos eles. O que eu estou a dizer é que educação e saúde não pode ser feitas 100% por recursos externos. É isso que estou a dizer e vou repetir, que se você faz a educação no sentido em que está a colocar e saúde no sentido em que está a colocar com recursos próprios e como se vai fazer esse recurso para responder à sua questão? Volto à explicação que eu já tinha feito aqui. É preciso trabalhar para que o país tenha investimentos públicos e investimentos privados. E para isso é preciso trabalhar na legislação e a questão relacionada também com criar um bom ambiente de negócio. Combater a corrupção é um dos aspectos para criar um bom ambiente de negócio. Criar legislação favorável ao ambiente de negócio é uma das medidas e tantas outras medidas que permitem investidores estrangeiros e nacionais investirem na nossa economia. E quando investem na economia ela cresce. E quando ela cresce temos mais emprego, temos mais salários, consequentemente, temos mais impostos, o Estado capta mais receitas e por aí é onde aparecem os recursos. É preciso investirmos mais dinheiro com recursos próprios nestes dois sectores. Na medida em que vamos investindo com recursos próprios, também os parceiros vão perceber que realmente o país está a crescer, está a investir nesses sectores. Já não precisamos de investir a 100%. Se investiam a 100%, vão investir 90%, vão investir 80%, vão investir 70%, vão investir 50%, vão investir 40%, na medida em que vão investindo, por exemplo, 40% o Estado vai investindo 60%, amanhã vão investindo 20%, nós vamos investindo 80%, assim sucessivamente. A única coisa que eu quero explicar-lhe é que o desenvolvimento – eu sou mestrado em gestão de desenvolvimento – não é uma coisa imediata. É como crescer. De certeza que não nasceu a andar. De certeza que não nasceu com barbas. De certeza que não nasceu com dentes. Desenvolvimento é o mesmo processo. Então, é um processo gradual, que na medida em que realmente vamos aumentando os nossos recursos e investir nos sectores que estamos a fazer referência aqui, vamos também crescer gradualmente. Os parceiros são importantes para o desenvolvimento e não são os únicos setores que eles investem. Então, há áreas que continuam a investir e nós podemos dizer que estes recursos que estão a investir aqui, nós continuamos a precisar, mas para uma outra área. E leva-se estes recursos para uma outra área. Mas porque isto? Porque vamos definir a educação e a saúde como áreas prioritárias.

Daniel Chapo, quem diz gradualmente não diz quando. E é geralmente uma boa forma de se proteger de algumas cobranças. E eu, como jornalista, preciso de ter algumas bases para amanhã, caso seja eleito, eu ter como interpelá-lo. Estamos a falar gradualmente de quando é que vamos atingir o ponto que Daniel Chapo acha óptimo, do ponto de vista de financiamento, educação e saúde?

Primeiro, deixa-me explicar-lhe que o processo relacionado com a independência económica não é um processo em que se devem traçar metas tanques. Gostaria que conversasse com os combatentes da Luta de Libertação Nacional. Eles vão-lhe dizer, quando desencadearam a Luta de Libertação Nacional. Não tinham dito que vão alcançar a independência em 10 anos. Por isso, existia o princípio de independência ou morte, venceremos. O mais importante é desencadear um processo que nos leva a este objectivo que estou a dizer. Daí que, para o meu caso, por exemplo, a ser eleito, sabe muito bem que, em princípio, tenho cinco anos. E é nestes cinco anos que estou a dizer aqui que vou trabalhar no sentido de ir diminuindo a dependência externa para podermos continuar, ou melhor, para podermos começar a ter nestas duas áreas que estamos aqui a conversar, investimentos com recursos próprios. Agora, o que tem de perceber é que este processo de desenvolvimento, vou repetir, de começarmos, por exemplo, a ter mais exportações e menos importações, inverter a balança comercial, é o que vai fazer com que a nossa economia melhore. E o mais importante neste processo a que estou a fazer referência aqui é perceber que existe uma visão que vai ser desencadeado um processo com este objectivo. E cada um dos moçambicanos, na medida em que nós vamos dependendo menos de ajuda externa, vamos, por exemplo, tendo mais exportações com a nossa produção interna e menos exportações, e investirmos no sector da educação e saúde com nossos recursos próprios, cada um dos moçambicanos vai perceber, na sua própria vida, no seu filho, quando for a um hospital público, quando colocar o seu filho na escola pública, que agora as condições estão realmente a melhorar. É um processo, e determinar um prazo, que isso vai ser feito em dois meses, ou em um mês, ou em seis meses, ou em um ano, eu não sou dessas pessoas. Não é importante fazer um cronograma das actividades, ainda que seja para dizer nos primeiros dois anos quero estar no nível de nos estarmos a assumir 60% das nossas despesas de saúde e educação mesmo para podermos ter uma capacidade de mobilizar as pessoas, como disse, quero mobilizar todos os moçambicanos para uma mesma causa, um mesmo objectivo, todos estarmos claros de que agora estamos na fase X e a próxima fase é Y, que devemos todos esforçar-nos para atingir esta meta no dia X ou Y.

Isto não é importante para si?

É extremamente importante, mas isso é feito depois de se assumir o poder. Porque quando se assume o poder é onde se recebem as contas. Estamos a falar de números. Quando se recebem as contas e se tem o valor real da dívida pública interna que o país tem, da dívida externa que o país tem, da capacidade, neste momento, que o país tem de fazer os recursos, é que se pode definir esses horizontes. Agora, um candidato a aparecer a dar-lhe prazos enquanto não tem a

dimensão real das contas do Estado, eu estaria aqui a mentir. Eu tenho um princípio: dizer a verdade. Por isso estou a dizer-lhe a verdade. Estou a dizer-lhe a visão, estou a dizer-lhe o que aparece no manifesto eleitoral, estou a dizer-lhe aquilo que nós achamos e vamos fazer. Mas agora definindo prazos, sem ter noção de como é que estão as contas públicas, os números reais, não estaria a dizer a verdade. E eu tenho um compromisso com a verdade, desde criança.



Daniel Chapo, já vamos ao finalzinho da nossa entrevista, mas uma ou duas questões ainda me levantam algumas dúvidas. Por exemplo, praticamente desde que iniciamos a nossa conversa até aqui, fala da necessidade de mobilização de recursos internos para resolvermos os nossos próprios problemas. E fala também da revisão ou então de medidas legislativas para garantir que haja mobilização de investimento interno e externo e que estes investimentos possam pagar as suas obrigações fiscais. E vamos falar um pouco desta questão de política fiscal e temos em Moçambique alguns megaprojectos que a opinião pública, ou a opinião dos críticos, tem dito que poderíamos ganhar muito mais do que ganhamos actualmente. Vê algum espaço de renegociação dos megaprojectos, ou então de uma outra abordagem à questão da exploração dos recursos naturais?

Primeiro, não é renegociação. É preciso perceber que os megaprojectos em Moçambique falam por experiência própria. Trabalhei em Tete, trabalhei em Nacala, trabalhei em Palma, trabalhei em Inhambane e, por todos os sítios onde eu passei, há uns megaprojectos. Portanto, o que eu vou dizer aqui não são coisas teóricas, são coisas práticas e com experiência própria. São três dimensões relacionadas com os megaprojectos. A primeira dimensão é da responsabilidade social corporativa. A questão da responsabilidade social corporativa tem a ver com o desenvolvimento local, o impacto que os megaprojectos devem ter para as comunidades locais. Estou a dizer das áreas sociais, principalmente a questão relacionada com o reassentamento das populações para ter as melhores condições, a questão relacionada, por exemplo, com a água, energia, a questão relacionada com saúde, educação e outras áreas fundamentais para o desenvolvimento das comunidades locais, incluindo a geração da renda para as comunidades locais. A segunda dimensão está relacionada com o conteúdo local. O conteúdo local é a questão relacionada com a possibilidade, em princípio, das pequenas e médias empresas locais continuarem ou conseguirem prestar serviços públicos, ou melhor, serviços de qualidade aos megaprojectos. E quando eu falo das pequenas e médias empresas, é a prioridade para que elas cresçam, mas também estou a falar de empresas, sejam elas até grandes empresas ou de grande dimensão, de moçambicanos. A terceira e a última é esta que me coloca: a questão relacionada com a captação de receita para o Estado, de modo a que o Estado possa continuar a desenvolver o país. Indo a este aspecto, eu sou jurista, já disse isso numa das entrevistas e vou repetir: não existem contratos completamente estanques. Mesmo se houver já um contrato de arrendamento, vai perceber que há uma cláusula que diz que, a qualquer altura, pode alterar-se, em função da inflação, em função do nível de desenvolvimento do país, em função de qualquer outro aspecto. O que eu quero dizer é que estes contratos dos megaprojectos são passíveis de revisão, sim, como qualquer outro contrato.

E sente que é necessário que isso seja feito?

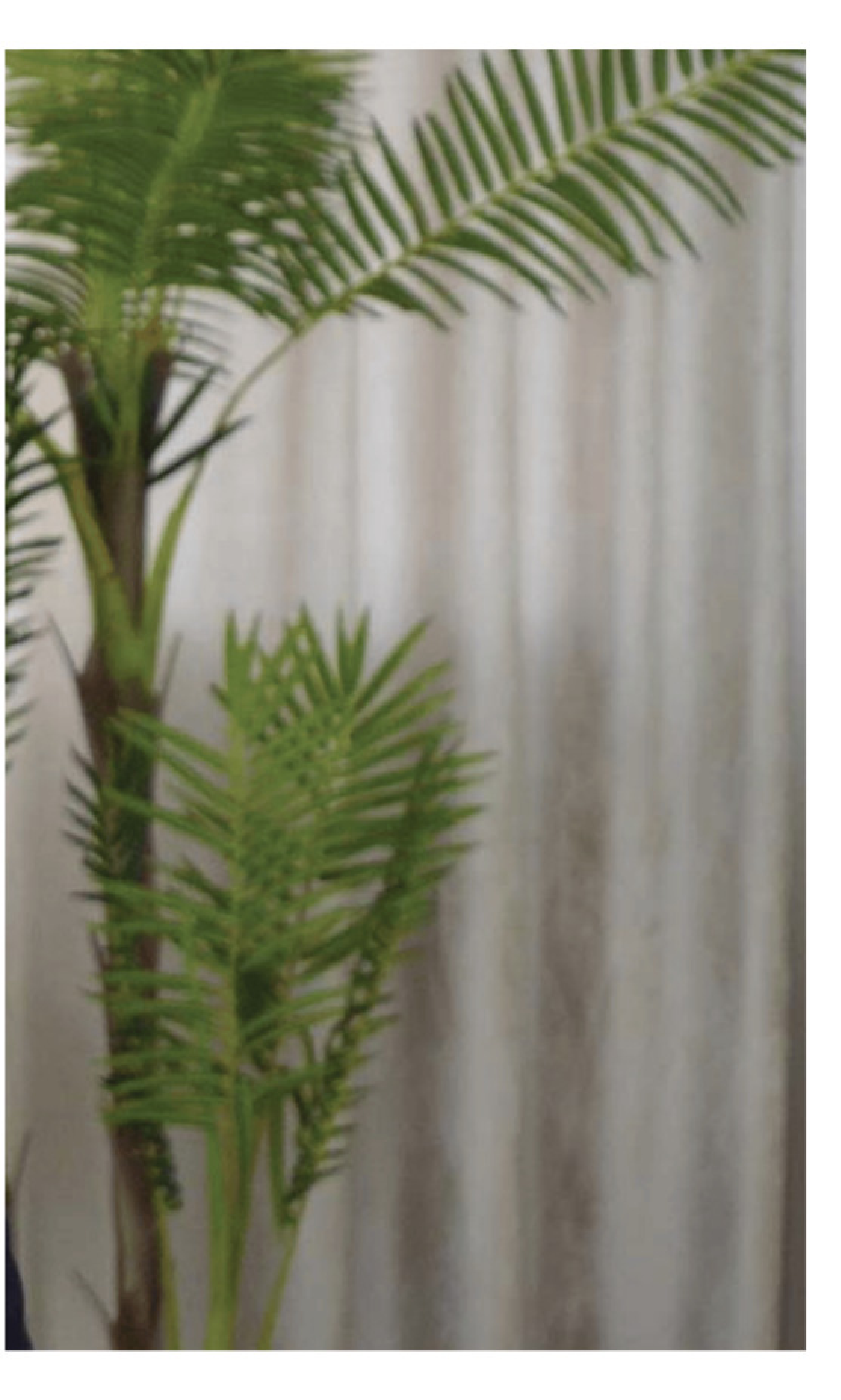
É necessário que seja feito, mas em função de contrato por contrato. Por isso é importante analisar-se contrato por contrato e não aparecer alguém a dizer que vai rever todos os contratos.

E esta revisão, o que é que efectivamente vai visar?

Vários aspectos. O contrato traz cláusulas. Então, é preciso analisar as cláusulas, analisar o período de vigência, analisar muitos outros aspectos necessários que depois as partes propõem a alteração do contrato.

O que é que o Estado estará a procurar nesta revisão dos contratos? Procura que as empresas paguem mais impostos ao Estado? Procura que tenha mais tempo no país, que empreguem mais moçambicanos? Qual será o objectivo, efectivamente, ao fazer esta revisão, esta revisitação dos contratos?

Vários objectivos. Primeiro, a título de exemplo, em Inhambane - em Inhassoro e Govuro - é a primeira zona do país, há quem diz que da região e do continente, que está lá a implementar os acordos de desenvolvimento local. Portanto, são acordos assinados entre a empresa, as comunidades locais e o Governo. E isto exigiu luta. E eu, que estou a falar aqui, é que liderei o processo de luta, para que realmente a Sasol cedesse e compreendesse que precisa de fazer melhores coisas para as comunidades locais. Então, como eu estou a dizer, o que eu estou a dizer aqui não é uma coisa que estou a falar de teoria. Estou a falar de prática e estou a falar de experiência própria. Então, o que vai visar são vários aspectos. Já expliquei o primeiro aspecto, prestar mais atenção à questão da responsabilidade social e corporativa para as comunidades locais. Este é o primeiro aspecto que o Estado vai virar atenção na revisão dos contratos. O segundo aspecto, já disse aqui, que nós precisamos de ter a lei de conteúdo local. Nós, neste momento, por exemplo, temos a política de responsabilidade social, mas não temos uma lei de responsabilidade social. Por isso é que as empresas, essas multinacionais, prestam serviços como se fossem um favor, ou melhor, a questão da responsabilidade social é praticada como se fosse um favor. O segundo aspecto a que eu fiz de referência é que é preciso nós termos uma lei de conteúdo local. Porque só com uma lei de conteúdo local é que também, na revisão desses contratos, na questão relacionada com o conteúdo local, pode constar uma cláusula que diz que as empresas são obrigadas a respeitar a lei de conteúdo local. Nós não temos a lei de conteúdo local. O terceiro aspecto é este que fez referência, eu posso dar-lhe um exemplo na revisão dos contratos. Podemos dizer, por exemplo, que quando o país tem 70%, ou melhor, tem numa determinada área jovens ou moçambicanos qualificados e comprovados internacionalmente que podem prestar serviços numa dessas empresas ou num desses projectos, megaprojectos, não precisam de trazer expatriados. Isto também pode constar no contrato. A questão relacionada com as receitas, nós, por exemplo, estamos a arrecadar um determinado nível de receitas, também o Estado pode sentar para fazer uma revisão, por forma a que possa captar mais receitas. Resumidamente, quando nós sentamos para rever contratos, são vários aspectos que devem estar em jogo, não apenas a receita, porque nós podemos virar as atenções para receitas, mas as receitas são para depois os fundos irem ao tesouro e, com base nisso, definir prioridade de investimento. Mas nestas prioridades de investimento, posso, por exemplo, não definir prioridades daquilo que tem a comunidade de KenMare, de Lard, em Moma. Posso não definir, por exemplo, aquilo que tem as prioridades da comunidade de Inhasso-



ro e do Govuro, ou a comunidade, por exemplo, de Tete, onde temos as operações do carvão. Então, as comunidades locais, falo por experiência própria, têm prioridades próprias, específicas. Por isso é que estou a dizer que é preciso que o Estado repare, e é isto que vamos fazer. Estas três dimensões, a questão relacionada com a responsabilidade social corporativa para as comunidades locais, a questão relacionada com conteúdo local para que o sector privado moçambicano possa ter a oportunidade de fazer negócios nestes megaprojectos, mas também que estão relacionados com esta terceira dimensão que diz das receitas locais, para o Estado poder ter mais captação de receitas e, com base nessas receitas, podermos fazer planos com recursos próprios, que eu falei aqui, dar prioridade aos setores que são fundamentais para o desenvolvimento do país. Agora falamos de sectores, por exemplo, sociais, mas podíamos falar dos sectores económicos, e, em função disso, catapultarmos o desenvolvimento do país, que é o objectivo de todos os moçambicanos. E esta é a nossa visão e o que nós vamos fazer para o próximo ano. Por isso, temos dito que nós, como Governo, vamos fazer coisas de forma diferente, começarmos a fazer coisas de forma diferente, para obtermos resultados diferentes.

Hoje temos finanças públicas bastante deficitárias, aliás, sempre foi assim, e sempre dependemos de alguma compensação vinda de fora, e sofremos de 2016 até mais ou menos o ano passado, quando os parceiros decidiram voltar. O que é que pensa sobre as finanças públicas como meio de dotar o Estado de força para liderar este processo de desenvolvimento socioeconómico do país?

O que penso é aquilo que eu já disse, e vou repetir: nós, como país, precisamos de perceber que não somos uma ilha. Se um investidor, seja ele nacional ou estrangeiro, não faz investimento em Moçambique, porque há barreiras a investimentos, ele vai levar dinheiro, vai fazer onde há mais facilidades. Se um moçambicano é raptado e ele sai daqui, ou seja, um estrangeiro também é raptado e ele sai daqui, fecha a empresa, são moçambicanos que estão a perder o emprego. Então, é preciso perceber, e vou repetir, que é importante a paz para o desenvolvimento, é importante a segurança para o desenvolvimento, é importante criar um bom ambiente de negócio para o desenvolvimento. Como é que se cria um bom ambiente de negócio? Primeiro, por uma alteração legislativa. E um dos males é a corrupção.

O que visa a alteração legislativa? O que é que deve ser alterado na lei? Qual é a lei actualmente que é problemática e precisa de ser alterada para melhorar o ambiente de negócios?

São várias leis. Nós, por exemplo, temos o Código Comercial, que foi alterado recentemente, mas, antes de entrar em vigor, já se está a discutir que não está em condições. É básico para investimentos num país. Temos a questão relacionada com o Código de Vários Impostos, Código de IVA e tantos outros, que é importante fazer. São várias leis, mas também não se alteram leis de qualquer maneira. É preciso fazer um estudo comparativo. Ao nível da região, ao nível do continente e ao nível do mundo. E já existem exemplos, ao nível do mundo, de sucesso. Eu vou dar-lhe um exemplo muito simples. Singapura é um país que não tem petróleo, não tem carvão, não tem áreas pesadas, não tem diamante, não tem rubis, não tem ouro, não tem floresta, não tem madeira, não tem nenhum recurso, seja natural ou mineral ou hidrocarboneto. O maior recurso que Singapura tem é o homem. É o recurso humano, o capital humano. E é aí onde investem, são estes que desenvolvem tecnologias, fazem vários projectos ao nível do país e do mundo. Então, é preciso perceber que, para se criar um bom ambiente de negócio, para além da questão relacionada com um bom ambiente de negócio, alteração da legislação, cinco pilares fundamentais, para eu resumir: a paz é fundamental, o combate à corrupção é fundamental, a fortificação das instituições do Estado é fundamental, e posso acrescentar a sexta, que é a questão da burocracia. O continente africano ou qualquer outro país do mundo em três dias consegue legalizar o seu negócio e chega a Moçambique e fica um mês, dois meses, três meses, seis meses e não consegue, por uma questão burocrática ou por uma questão de corrupção ou por uma questão da própria lei. Então, não há margem de dúvidas que este investimento estrangeiro vai para um país onde há melhores condições. Então, precisamos de fazer aqui um estudo comparativo e, em função disso, tomarmos medidas que possam fazer com que Moçambique seja um país mais atractivo. Outra solução, e em consequência disso que eu estou a falar aqui, vai, sem margem de dúvidas, aumentar a produção e a produtividade em várias áreas económicas. E o aumento da produção e produtividade em várias áreas económicas que resultam deste bom ambiente de negócios, destes pilares que eu fiz aqui referência, vai criar um "boom" económico e este "boom" é que vai trazer mais emprego, gerar mais renda para a população, existir mais salários, mais impostos, a questão relacionada com mais receitas e, sobretudo, aumentar as exportações, diminuir as importações, melhorar a nossa balança comercial e, em função disso, podermos ter mais recursos e, com base nesses recursos, planificarmos a nossa economia, o nosso desenvolvimento, o nosso futuro com recursos próprios.

Falou da necessidade de revisão legislativa e de alguns instrumentos recentemente revistos. Esta perspectiva não vai trazer, principalmente aos investidores, uma ideia de que é um candidato que pretende beliscar a segurança ou então a estabilidade legislativa, se assim podemos dizer, do seu ponto de vista de há pouco tempo ter havido uma revisão e propõe agora uma nova revisão?

Não sou eu que estou a propor. Já estão a propor juristas. Podem conversar com eles. Vão dizer-lhe que a Lei de Trabalho foi alterada agora e já está a ser a proposta para uma alteração. Uma das leis é a Lei de Trabalho, que é fundamental para investimentos em qualquer país do mundo, incluindo o nosso. O Código Comercial também. E podia dar-lhe o exemplo de várias leis. Não é uma questão de instabilidade legislativa, mas é uma questão de encontrar consenso em relação às leis e estas serem mais estáveis a lei de trabalho, esta que foi alterada é de 1997 se não me engano, e até 2017 foram 10 anos. Está há mais de 10 anos, então temos de fazer leis que sejam sólidas e, em função dessa solidez, só possam perdurar no tempo e haver esta estabilidade. Agora, manter leis que não são de consenso, tanto entre nós moçambicanos como também com investidores estrangeiros, não vale a pena. Temos de alterar, fazer coisas sólidas, de consenso e criar um bom ambiente de negócio. A Lei de Trabalho é uma das leis fundamentais que precisa de criar um bom ambiente de negócio. A Lei Comercial ou o Código Comercial é extremamente importante e podia citar várias outras leis que, neste momento, já estamos a fazer um levantamento. Os estudos já começaram, existem grupos que estão a fazer este trabalho e, em função disso, fazer um excelente trabalho para o futuro deste país.

Já a fecharmos mesmo, caso seja eleito, pensa em constituir um Governo de inclusão, não no sentido de um Governo de unidade, como aconteceu na África do Sul, mas no sentido daquilo que disse, por exemplo, Filipe Nyusi na sua investidura em 2015, que as boas ideias não teriam cores partidárias. Isto é para si uma questão importante ou nem sequer devia ser levantado?

É uma questão importante. Importante porque, num processo de desenvolvimento, os moçambicanos devem ser, ou melhor, devem sentir-se, todos eles, inclusos no processo de desenvolvimento. Nenhum moçambicano deve ser, ou melhor, deve sentir-se excluído de um processo de desenvolvimento de um país, independentemente da sua cor partidária, independentemente da sua religião, independentemente da sua origem. É preciso que sinta que este processo de desenvolvimento realmente faz parte de todos os moçambicanos. E esta é a nossa visão. Agora, é importante perceber que a inclusão não deve ser percebida só no sentido político, porque é assim que as pessoas percebem. Eu vou dar exemplos para perceber o que é a inclusão. E deve ser percebida de forma mais abrangente. Suponhamos que eu constitua um Governo que é composto só por homens. Acha que as mulheres vão sentir-se inclusas? Não. Ou posso constituir um Governo composto só por mulheres? Os homens não vão sentir-se inclusos. Então, é preciso perceber que a inclusão tem várias dimensões. E é preciso que um líder esteja atento a estas dimensões todas para poder fazer a tal inclusão, incluindo a inclusão política. A inclusão política é uma das dimensões de inclusão, mas, infelizmente, quando há o debate sobre a inclusão, só é reparada sobre esse aspecto. Imaginem, vou dar um outro exemplo. Nós temos moçambicanos com deficiência e imaginem, por exemplo, que se constitua um Governo em que não há inclusão desse aspecto a que eu estou a fazer referência aqui. Como é que se vão sentir os nossos irmãos? Não sei se me faço perceber. O que eu quero explicar aqui é que a inclusão deve ser entendida nesse aspecto que eu estou a dizer, num aspecto mais abrangente, e não minimizar a inclusão só para o lado político. Mas o lado político, havendo moçambicano com capacidade, com responsabilidade, com competência, com meritocracia, não há problema nenhum em fazermos inclusão. Aliás, se reparar até, é um processo que já começou. Nós até tivemos aqui um PCA, nos Correios de Moçambique, um Dr. Pequenino, que era da Renamo. É um exemplo que eu estou a dar. É moçambicano. Então, o que eu estou a dizer aqui é que vamos ver a inclusão no sentido mais abrangente, não só no sentido político. E quando nós estamos a falar de inclusão, é esta inclusão que nós estamos a falar, no sentido mais abrangente e não no sentido restrito, só no sentido político.

Só para fecharmos, tem um minuto para falar aos seus eleitores.

Bom, quero aproveitar esta ocasião, em primeiro lugar, agradecer à STV por esta oportunidade e dizer aos moçambicanos que vamos trabalhar juntos durante este processo de campanha eleitoral. E vamos todos, juntos, como moçambicanos, trabalhar para alcançar a vitória e desenvolver Moçambique.

2024 ELEIÇÕES GERAIS

Chapo apela para uma campanha pacífica, ordeira e exemplar

O candidato presidencial da Frelimo para as eleições de 9 de Outubro, Daniel Chapo, chegou no sábado e lançou a sua campanha eleitoral do seu partido na cidade da Beira, província de Sofala.

Texto: Francisco Mandlate
Foto: O País



Daniel Chapo iniciou sua campanha no bairro da Manga



À sua chegada, o candidato foi recebido entre cânticos e danças pelos membros e simpatizantes da Frelimo.

A Frelimo escolheu o maior bairro da Beira, Manga, para lançar a sua campanha. Após desembarcar, Daniel Chapo pediu aos outros concorrentes às eleições gerais para conduzirem as acções de caça ao voto sem provocações que possam conduzir a actos de violência e que se use a campanha para celebrar os 30 anos da realização das primeiras eleições multipartidárias no país.

Daniel Chapo pediu, ainda, que haja respeito pelos candidatos à presidência do país. Chapo pediu, igualmente, que as forças políticas que caçam o voto proporcionem aos eleitores uma campanha pacífica, ordeira e exemplar.

O também secretário-geral da Frelimo disse que o seu partido preparou adequadamente as suas bases para transmitir fielmente o seu manifesto eleitoral aos eleitores, de modo a garantir a vitória.

Por outro lado, Chapo diz ser especial lançar a sua campanha em Sofala, terra que o viu nascer, porque é como se estivesse a ir buscar bênção para que garanta sucesso durante os cerca de 45 dias da campanha eleitoral, apesar de ressaltar que se identifica com todas as províncias do país, porque viveu e trabalhou em vários pontos do país ao longo dos seus 47 anos de vida.

CHAPO PROMETE REACTIVAR COMPANHIA DO BÚZI

O candidato da Frelimo, Daniel Chapo, iniciou o segundo dia da campanha eleitoral trabalhando no distrito de Búzi, concretamente na localidade de Bándua, onde marchou com os populares e dirigiu um comício popular concorrido.

No seu discurso, garantiu aos presentes que está já a trabalhar com investidores que estão interessados em reactivar a Companhia de Búzi, uma fábrica de produção de açúcar há vários anos paralisada.

Segundo Chapo, para além de reactivar a fábrica, os investidores querem promover a produção da cana-de-açúcar em regime de fomento, envolvendo produtores do sector familiar. O que vai garantir que, fora a empregos na fábrica, a população tenha oportunidade de ganhar dinheiro comercializando essa matéria-prima.

Os investidores estão, igualmente, interessados em instalar uma fábrica de produção de ração para frangos e uma grande unidade de produção das aves. A produção de cereais é outro interesse que, combinado com outras actividades, poderá gerar grandes oportunidades para a população.

Chapo promete ainda escola de formação profissional, a reabilitação da estrada Tica-Búzi, recentemente asfaltada, mas já com alguns troços degradados. Promete também asfaltar a estrada Búzi-Vila Nova, que vai ligar aquela vila à Estrada Nacional Número 1, que vai constituir uma via rápida para acesso à cidade da Beira para quem vem da região Sul do país.

Daniel Chapo quer, outrossim, garantir o controlo de hipopótamos que têm atacado as comunidades locais. Quer levar energia eléctrica a mais locais, melhorar o acesso à saúde e educação. Quer ainda encontrar investidores para que possam, igualmente, montar uma fábrica para explorar o calcário que ocorre em Estaquinha, o que pode gerar mais empregos.

OS MOÇAMBICANOS VIVERÃO MELHORES DIAS

"Temos esperança de que Moçambique vai desenvolver-se e que o povo moçambicano vai viver em melhores condições que estas em que está a viver", disse Daniel Chapo.

O candidato da Frelimo virou, a dada altura, o seu discurso para os jovens, afirmando que terão a sua atenção.

"A maior preocupação da juventude é o emprego. Vamos trabalhar para os jovens terem emprego. Vamos trabalhar em áreas concretas para trazer emprego para osjovens", prometeu.

Entre as áreas a serem exploradas para prover emprego para jovens, Chapo apontou a agricultura. No seu entender, o sector tem potencial para, através das indústrias, garantir emprego à juventude. Prometeu ainda construir casas para os jovens.

No capítulo da diplomacia, Daniel Chapo disse que Moçambique nunca se vai desenvolver de forma isolada.

"Nós vamos continuar amigos dos nossos amigos aqui na região, no continente e no mundo. Por isso, minhas irmãs, meus pais e meus irmãos, vamos trabalhar juntos para desenvolver Moçambique", apelou.

NYUSI "NAMORA" ELEITORADO NA BEIRA E DESTACA A PAZ COMO PRIORIDADE

O presidente da Frelimo pediu aos membros e simpatizantes do partido, na província de Sofala, que votem no candidato presidencial da formação política, Daniel Chapo. Filipe Nyusi disse, no comício, que a paz é o pilar principal do manifesto eleitoral dos "camaradas".

Filipe Nyusi e Daniel Chapo escalaram, no sábado, a província de Sofala. Filipe Nyusi disse, no seu discurso, que a paz continua a ser o pilar fundamental no plano de governação do partido do batuque e maçaroca.

Por seu turno, Daniel Chapo secundou as palavras de Nyusi, acrescentando que o seu Governo, caso vença as eleições de 9 de Outubro, vai priorizar a Educação, Saúde e construção de infra-estruturas.

Daniel Chapo apelou, ainda, ao eleitorado para que juntos combatam a corrupção e outros males que apoquentam a sociedade. Deu exemplo do mau atendimento nos hospitais e cobranças ilícitas. "É um dinheiro que podia servir para a construção de mais escolas, mais hospitais, mas fica no bolso de uma só pessoa. Então, temos de acabar com este mal", disse Chapo, reiterando, de seguida, que "a corrupção não acontece só no sector público, acontece também no sector privado".

O candidato à presidência pela Frelimo foi mais fundo ao dizer que há situações de pessoas que gastam dinheiro a tratar documentos, mas que, quando levam os mesmos para concorrer a uma vaga de emprego, ouvem dizer, na empresa, que, para serem contratados, têm de pagar.

"Eu falo, como disse o camarada presidente, porque eu nasci aqui. Não nasci num berço de ouro, nasci numa esteira. Passei fome, subi chapa, andei longas distâncias (...), sei o que é sofrimento, estou a falar o que eu vivi e não teorias", testemunhou.

Renamo arranca com campanha em Quelimane sem Ossufo Momade

O partido Renamo lançou oficialmente a sua campanha, ao nível nacional, na província da Zambézia. Clementina Bomba, secretária-geral da perdiz, foi quem orientou a cerimónia em representação de Ossufo Momade, candidato e presidente do partido.

Texto: Jorge Marcos e Ricardo Machava
Foto: O País



Clementina Bomba, secretária-geral da Renamo



Bomba disse, na ocasião, que o país está a ser mal gerido e que só as eleições do dia 9 de Outubro poderão ditar o fim do sofrimento imposto, segundo disse, há 50 anos.

Clementina Bomba deixou o discurso escrito e falou de algumas visões de governação. Disse que, se a Renamo chegar ao poder, vai fazer alterações profundas nas áreas da saúde, educação, justiça e defesa e segurança. A secretária-geral da "perdiz" instou ainda os membros do partido a trabalharem na mobilização.

Na ocasião, Manuel de Araújo, candidato a governador da Zambézia, fez duras críticas à governação do dia. Disse que quer industrializar, restaurar a economia da Zambézia, investindo na agricultura, caso chegue a ser governador da província.

RENAMO "ARRANCA EM FALSO" NO CÍRCULO ELEITORAL MAIS IMPORTANTE

Nampula é o círculo eleitoral mais importante do país e, ao lado da Zambézia, é onde se decide a eleição presidencial e a influência na Assembleia da República. Nampula tem inscritos 3 266 523 eleitores e viu o número de mandatos para a Assembleia da República a subir de 45 para 48. Mesmo com estes argumentos, a Renamo – maior partido da oposição – arrancou com a campanha em falso, sem a cabeça-de-lista para o cargo de governador provincial e sem um membro sénior do partido.

Nenhum dos candidatos presidenciais escolheu Nampula para a cerimónia central do arranque da campanha eleitoral. Todavia, a Frelimo mandou o seu antigo secretário-geral, Filipe Chimoio Paúde, para o evento e Eduardo Abdula (cabeça-de-lista para o cargo de governador) deu a cara num shomício organizado no sábado, na cidade de Nampula.

"O meu chefe, quando me passou o microfone, disse: aqui está o microfone, sua excelência. Quero que todos digam ao meu chefe que, quando for governador, serei tio de todos, por isso vão tratar-me por 'tio Salimo', porque se for excelência não estarei próximo do povo", disse Eduardo Abdula, como ponto prévio, depois de apresentar a sua esposa, Nazira Abdula, a macua pediatra da Ilha de Moçambique que pretende voltar à terra depois de ter saído de Nampula para servir a nação como ministra da Saúde.

Secretária-geral da "perdiz" instou ainda os membros do partido a trabalharem na mobilização

Dando a cara pelo partido Frelimo para convencer o eleitorado, Eduardo Abdula prometeu promover o desenvolvimento a partir do turismo, porque acredita que o efeito multiplicador daquele sector pode desenvolver muitos sectores. "Um turista não come carne? Perguntou e foi respondido positivamente em coro pela população que se fez ao local e completou que "vai desenvolver a pecuária". "Um turista não anda de carro?", questionou e a população correspondeu em coro e ele completou a ideia: "Vai desenvolver o sector de transporte para sair daqui para Angoche."

O Movimento Democrático de Moçambique foi à igreja Católica levar o padre Fernão Magalhães Raúl para concorrer ao cargo de governador de Nampula. Marcou o arranque da campanha eleitoral com uma marcha bem concorrida que saiu do centro da cidade até ao bairro de Muahivire para um comício e contou com a presença da secretária-geral do partido, Leonor Lopes.

"Quase todos os distritos não têm asfalto. As estradas estão esburacadas. Esta é uma das linhas fortes que trazemos. Queremos melhorar esta situação. Sem falar do problema da Educação, que é crónico – professores descontentes, problema de água nas escolas e das [salas] debaixo da mangueira", disse o padre que também esclareceu que, devido às incompatibilidades dentro da Igreja, teve de afastar-se para assumir esta missão política, porque entende que é um acto de cidadania servir aos necessitados.

O maior partido da oposição – a Renamo – denotou algum problema interno que não quis exteriorizar. À hora marcada, não se fez à rua. Na delegação provincial, na cidade de Nampula, vivia-se um ambiente de desalento, com meia centena de membros e simpatizantes sem norte, sem voz de comando e sem material de propaganda, como bandeiras, camisetas e cartazes. Por falar em cartazes, apenas a Frelimo e o Movimento Democrático de Moçambique têm cartazes bem presentes na praça pública, na cidade de Nampula.

Em pequenos grupos, a Renamo percorreu os bairros da periferia da cidade de Nampula no primeiro dia da campanha eleitoral para um contacto interpessoal. A imagem mais saliente foi a ausência da cabeça-de-lista para o cargo de governador, Abiba Aba.

"Mas como não é só a cabeça-de-lista que pode pedir votos, estamos aqui a fazer este movimento de 'caça ao voto', porta-a-porta, que é a estratégia que encontramos para o primeiro dia de campanha eleitoral. Como está a ver, não temos problemas, a população compreende que neste país há uma única alternativa: é o partido Renamo e Ossufo Momade", disse Carlos Jossias, director de campanha da cabeça-de-lista da Renamo em Nampula.

Tal como dissemos no topo desta reportagem, Nampula e Zambézia são terrenos decisores das eleições. Quem ganha nestes dois territórios, tem forte possibilidade de ganhar as eleições gerais e ter maioria no Parlamento. Ora vejamos, Zambézia 2 863 308 eleitores inscritos e 42 mandatos para a Assembleia da República, o que significa que as duas províncias elegem 90 deputados dos 250 que compõem o Parlamento moçambicano.

Simango promete produção interna de medicamentos básicos

Lutero Simango promete construir em Moçambique indústrias de produção de medicamentos básicos, com destaque para o soro fisiológico, como forma de acabar com a falta de medicamentos no Sistema Nacional de Saúde. As promessas foram feitas no sábado, na cidade da Beira, durante o discurso de abertura da campanha eleitoral.

Texto: Inalcídio Uamusse
Foto: O País

O Movimento Democrático de Moçambique e o seu candidato a Presidente da República, Lutero Simango escolheram a província de Sofala, concretamente a cidade da Beira, para o lançamento oficial da sua actividade de caça ao voto, a campanha eleitoral, rumo às eleições gerais, legislativas e provinciais, a acontecerem em 46 dias.

O primeiro dia da campanha do partido do galo foi marcado por uma passeata pelas artérias da cidade, partindo da sede provincial da província de Sofala, no bairro estouro, para depois seguir pela avenida Samora Machel, um percurso de cerca de 15 Km.

No entanto, foram, ao todo, mais de 20 Km de passeata, cinco dos quais foram feitos a pé, e Lutero Simango esteve sempre à frente, saudando aqueles que pretende que confiem nas suas promessas de campanha.

Simango, que concorre ao cargo de Presidente da República, garante que o que diz é mais do que promessas.

"As minhas promessas são realizáveis. Se formos eleitos, vamos dar independência ao judiciário, isso eu vou dar. Vamos criar melhores condições de trabalho para os funcionários públicos, sobretudo os professores e os médicos", disse, com um ar ofegante, típico de alguém que falava enquanto percorria quilómetros.

O destino era o terminal da passagem de nível, onde foi feito o discurso de abertura oficial da campanha eleitoral.

E foi durante a abertura da campanha eleitoral de Lutero Simango que, diante de milhares de espectadores, o candidato a Presidente da República prometeu criar empresas nacionais de produção de medicamentos básicos, e o destaque foi para o soro fisiológico.

"Temos indústria farmacêutica aqui no país? Não! Mas com a nossa governação haverá, para reduzir a falta de medicamentos no país, provocada pela dependência das indústrias estrangeiras. Para produzir o soro, só se precisa de água, sal e açúcar. Não temos

> ***"Se formos eleitos, vamos dar independência ao judiciário, isso eu vou dar. Vamos criar melhores condições de trabalho para os funcionários públicos, sobretudo os professores e os médicos"***



isso?", prometeu.

Com isso, Simango defende que a imposição da indústria farmacêutica estrangeira para termos medicamentos é que, entre outras causas, provoca a falta de medicamentos básicos no sistema nacional de saúde, por isso essas fábricas deverão garantir que o país esteja livre da dependência.

Esta indústria vai, também, melhorar a situação financeira do país, através de pagamento de impostos, mas também haverá espaço para a contratação de mão-de-obra nacional, reduzindo a pobreza e desemprego no seio da juventude.

E falando da juventude, Simango entende que "é preciso que seja estipulada uma cota de contratação de mão-de-obra moçambicana, por parte das indústrias nacionais e estrangeiras, para assim permitir a absorção dos vários quadros formados e marginalizados, em diversas áreas".

A educação foi também destaque no discurso de Simango. A redução do rácio será uma prioridade, caso Simango seja eleito a 9 de Outubro.

"Nenhum aluno poderá estudar sentado no chão, no meu Governo. O Município da Beira, que está na nossa governação, está a construir escolas, para eliminar a falta de salas de aulas".

Ainda sobre indústrias, Simango promete construir "indústria de processamento da madeira, para que não haja mais exportação de madeira bruta. Vamos criar indústrias de processamento do ouro de Gorongosa e demais recursos do país. Ademais, estas vão dar emprego aos nossos jovens".

No entender do presidente do MDM, o país possui muitos recursos, mas tira pouco benefício, uma vez que, na sua maioria, são extraídos e enviados, brutos, para processamento noutros países e daí só uma pequena percentagem entra nas contas públicas, e isso prejudica o desenvolvimento económico do país.

Duas figuras importantes juntaram-se à campanha de Simango, no dia inaugural. São elas: Natália Simango, esposa do candidato, Clara Simango, viúva de Daviz Simango, fundador do MDM e irmão de Lutero Simango.

Durante as suas intervenções receberam muitos aplausos das centenas de espectadores presentes no comício, principalmente Clara Simango, uma mulher que se verificou ser bastante respeitada e admirada pelos "beirenses", talvez seja pelo papel que desempenhou aquando da gestão municipal de Daviz Simango.



Lutero Simango, candidato presidencial do MDM



Venâncio Mondlane promete acabar com os raptos no país

Venâncio Mondlane garante que vai acabar com os raptos no país em um ano, caso seja eleito Presidente da República no dia 9 de Outubro. O candidato insiste que sofreu um atentado em Zavala.

Texto: Amândio Borges
Foto: O País



Foi no mercado de Malhampsene, na autarquia da Matola, que, perante apoiantes, seguidores e admiradores, Venâncio Mondlane começou por criticar o facto de existirem muitos desempregados na Matola, enquanto aquela cidade é hospedeira do maior parque industrial do país.

"Muitos jovens aqui estão desempregados, nem têm orgulho de serem da Matola", disse Mondlane, que, perante aplausos e sons de "vuvuzelas", ia interrompendo seu discurso.

Ao retomar a sua intervenção, falou de raptos e disse que é possível acabar com o crime em um ano. "Ainda ontem, conversei com um empresário que tem a esposa e filhos fora do país. E há tantos outros nessas condições. Podemos acabar com os raptos, é só chamar a INTERPOL para ajudar a combater os raptos, vamos chamar os países que já tiveram estes crimes e combateram", explicou.

Venâncio Mondlane voltou a falar do alegado atentado que sofreu em Zavala, província de Inhambane, esclarecendo que um agente da PRM tinha uma arma do tipo pistola com balas de 9 mm, contendo 15 munições.

Durante as marchas, as caravanas da Renamo e do PODEMOS cruzaram-se no bairro da Machava e, com a intervenção da polícia, que esteve prontamente no local, mas não houve incidentes.



"Centro do país pode ser principal palco da disputa eleitoral"

Os partidos Frelimo, Renamo e MDM, principais forças políticas do país, concentraram as suas atenções, no sábado, primeiro dia da campanha eleitoral, na região Centro do país para "caçar votos". Analistas consideram que o Centro pode ser o principal palco da disputa nestas eleições.

Para Egídio Chaimite, o facto de os principais partidos terem arrancado com a campanha na região revela que o local é decisivo para os resultados finais, o que, segundo Rodrigo Rocha, também analista e jurista, faz sentido, sobretudo olhando para o facto de aquele ponto do país apresentar mais partidos a concorrerem no escrutínio.

O artista plástico e analista Naguib Abdula tem um pensamento contrário e diz que o facto de muitos partidos concentrarem as suas atenções nesse ponto do país não passa de "uma coincidência", por entender que "há um paradigma nestas eleições".

Os comentadores foram unânimes ao fazer uma avaliação positiva do primeiro dia da campanha eleitoral, pela forma pacífica como o processo arrancou, mas pediram mais tolerância política para evitar futura violência eleitoral.

Sobre a ausência de Ossufo Momade, no arranque da campanha, os analistas acreditam que pode haver razões para tal, mas lembram que é nesse tipo de intervenções que o eleitorado passa a conhecer o seu manifesto e planos de governação para o país, caso seja eleito no dia 09 de Outubro.

Naguib Abdula, Egídio Chaimite e Rodrigo Rocha fizeram estes pronunciamentos no programa Noite Informativa de sábado, no espaço especial de análise do processo eleitoral.

Para Egídio Chaimite, o facto de os principais partidos terem arrancado com a campanha na região revela que o local é decisivo para os resultados finais

Frelimo inicia campanha na capital do país com comício

Na capital do país, o arranque da campanha eleitoral foi marcado por um comício popular no campo anexo junto do Estádio Nacional do Zimpeto. Juntaram-se, no local, milhares de simpatizantes do partido Frelimo, provenientes dos sete distritos do município de Maputo, numa comunhão e festa dirigida pelo chefe da bancada de assistência a cidade de Maputo, Francisco Mucanheia.

Por: Jaime Inácio
Foto: O País



Os "camaradas" dedicaram o primeiro dia do exercício de caça ao voto para explicar as linhas que caracterizam o seu manifesto e a forma com que os membros devem abordar o eleitorado.

"O nosso candidato é fruto da geração 25 de Setembro e tem um percurso que o torna favorito à eleição como próximo Presidente da República, aliás, é, para já, o único que pode dar continuidade aos projectos do país", disse Francisco Mucanheia, exortando os camaradas a traduzirem tal mensagem ao eleitorado.

Perante os simpatizantes, Mucanheia acrescentou: "O nosso manifesto está publicado em livro, está aqui. Os outros não têm nada, só estão a falar. Nós temos uma visão clara de desenvolvimento deste país."

Para o chefe-adjunto da campanha, Rasaque Manhique, "Chapo é o candidato certo, é um candidato que se identifica com esta fase em que nos encontramos no desenvolvimento do nosso país. Conhece os problemas do país e, em conjunto com o povo moçambicano, certamente vamos encontrar as melhores soluções para que este caminho traçado para o desenvolvimento do nosso país aconteça".

Os camaradas explicam os motivos pelos quais os moçambicanos devem depositar o seu voto no candidato da Frelimo.

"Era quase impensável que a Frelimo e os outros partidos pudessem aceitar que os jovens tivessem oportunidade para dirigir este país. Chapo é um jovem, mas, apesar de ser jovem, é uma candidatura que carrega todas as sensibilidades, desde a juventude até aos mais velhos. É uma candidatura que promete, é uma candidatura que mostra a revolução e a inovação e o trabalho que a Frelimo tem feito por dentro, para mostrar à sociedade que ela se renova, se inova e faz revoluções internas também, e é através desta juventude que se pode mudar a dinâmica do país", disse António Mahumane, membro do Comité Central.

Por sua vez, o primeiro secretário dos camaradas ao nível da capital do país partilhou as linhas que vão nortear os trabalhos da campanha. António Niquice disse que o seu partido vai privilegiar a campanha frente-a-frente.

"Vamos fazer a campanha porta-a-porta, em contacto interpessoal. Nós queremos fazer desta campanha uma verdadeira festa e apelamos a todas as outras forças políticas para que façam da campanha um verdadeiro momento de festa. A Frelimo instituiu a democracia multipartidária para conferir a oportunidade aos moçambicanos de saberem, em sede própria, em sede do processo eleitoral, escolher aqueles que melhor podem dirigir o destino do nosso país", concretizou.

Para a próxima legislatura, a Cidade de Maputo tem dez assentos para a Assembleia da República e a Frelimo apresentou os seus candidatos.

Perante os simpatizantes, Mucanheia acrescentou: "O nosso manifesto está publicado em livro, está aqui. Os outros não têm nada, só estão a falar."

Partidos apostam no contacto interpessoal na Beira

Texto: Francisco Raiva
Foto: O País

Na cidade da Beira, a Renamo e a Frelimo priorizaram, no segundo dia de campanha eleitoral, o contacto interpessoal com o eleitorado.

A Renamo, liderada pelo seu cabeça-de-lista, André Magibire, esteve no bairro Ndunda. Magibire prometeu melhorar a via de acesso que liga Nhangau, um bairro com muitos pescadores, à cidade da Beira.

"O pescado que sai daquela zona, um pescado de muita qualidade, é muito caro. É caro porque os transportadores, tanto dos transportes de carga, assim como os mototáxis, incrementam os preços, que é para conseguirem dinheiro para reporem as peças dos seus meios que ficam danificadas precocemente devido ao elevado estado de degradação da estrada", disse.

A Renamo e André Magibire prometem reabilitar e colocar valas de drenagem na rodovia. Para o efeito, "A solução é votarem em nós, no próximo dia 9 de Outubro".

Já os "camaradas" estiveram no bairro da Munhava-Matope. Jorge Reno, do Comité Distrital da Beira, lembrou aos moradores que há muito lixo naquele bairro e garantiu que, caso a Frelimo e seu candidato vençam as eleições, "todos os resíduos sólidos serão devidamente tratados. Ao comprarem energia, pagam taxa de lixo. Os que beneficiam do valor têm a obrigação de limpar a cidade, mas não fazem. Nós, a Frelimo, e nosso candidato Daniel Francisco Chapo, seremos os responsáveis pela melhoria da qualidade de vida na Munhava-Matope".

O MDM não fez campanha eleitoral ontem, na cidade da Beira. Este partido concentrou as suas forças políticas em Dondo, com o seu candidato, Lutero Simango.



Frelimo apela ao voto para "consolidação das conquistas"

Texto: Redacção
Foto: O País

A chefe da brigada central da Frelimo de assistência à Província de Maputo, Verónica Macamo, apelou, no sábado, ao voto nesta agremiação nas eleições gerais de 9 de Outubro deste ano, para a "consolidação das conquistas alcançadas". Macamo falava durante o lançamento da campanha da Frelimo na Província de Maputo, numa cerimónia realizada no campo da Matola "F".

Num evento marcado pela actuação de alguns músicos, a Frelimo fez convergir, no sábado, para o campo da Matola "F", membros e simpatizantes desta força política para testemunharem o lançamento oficial da campanha eleitoral na Província de Maputo.

O evento, que decorreu no campo da Matola "F", foi marcado por orações dirigidas por diversas confissões religiosas. A cerimónia teve, igualmente, momentos de animação, bem como a simulação da votação com a indicação da posição de Daniel Chapo, candidato presidencial da Frelimo, no boletim de voto.

Outrossim, foram apresentados os candidatos a deputados na Assembleia da República, que, na ocasião, fizeram um breve histórico do seu percurso.

Os candidatos a membros das assembleias provinciais desfilaram também no palco montado no campo da Matola "F".

Na sua intervenção, Verónica Macamo, chefe da brigada central da Frelimo de assistência à Província de Maputo, disse que esta agremiação quer continuar a construir hospitais, escolas, vias de acesso entre outros.

"Fizemos mais escolas, fizemos mais hospitais e temos mais água.



Temos hoje mais energia. As vias de acesso foram melhoradas. É verdade ou mentira?", questinou aos presentes Macamo, para depois acrescentar: "Electrificámos o nosso país. Queremos continuar a desenvolver accções na área da educação, na saúde e outras áreas. Então, precisamos de votar para consolidar as nossas conquistas", frisou Macamo.

Já ontem, segundo dia da campanha eleitoral, na Província de Maputo, a Frelimo definiu como estratégia o contacto interpessoal com os vendedores de mercados na Mozal, onde a secretária de Estado, Judite Mussácula, garantiu a construção de novas infra-estruturas e transporte. Mussácula, que interagiu com os potenciais eleitores, não somente explicou aos mesmos como proceder no acto de votação, como também reiteirou ser importante votar em Daniel Chapo e Frelimo para "desenvolvermos pilares que definimos".

"Nós temos cinco pilares. E há um dos pilares que fala de trabalharmos da economia, onde queremos industrializar o nosso país. E, com este processo de industrialização, vamos criar mais emprego para a juventude. Aí, o nosso cidadão terá mais poder de compra", argumentou.

"Fizemos mais escolas, fizemos mais hospitais e temos mais água. Temos hoje mais energia. As vias de acesso foram melhoradas. É verdade ou mentira?", questinou aos presentes Macamo

Fátima Mimbire aposta na qualidade de ensino e saúde

O Movimento Democrático de Moçambique iniciou, no sábado, a campanha eleitoral com uma passeata por algumas artérias na Machava. A cabeça-de-lista, Fátima Mimbire, disse que, caso seja eleita, irá apostar no ensino técnico profissional para dotar os jovens de ferramentas para se afirmarem no mercado de trabalho. Ademais, a saúde irá merecer uma atenção com maior investimento na área.



Acompanhada pelos membros do partido, em ambiente festivo, Fátima Mimbire, cabeça-de-lista e candidata a governador, interagiu com o potencial eleitorado. Mimbire escalou o mercado da Machava quilómetro 15, onde interagiu com alguns vendedores e deixou promessas de melhorias em vários sectores.

Na educação, Fátima Mimbire garantiu que vai apostar no ensino técnico-profissional para dotar os jovens de ferramentas para se afirmarem no mercado de trabalho.

Mimbire disse, outrossim, que a área de saúde irá merecer alguma atenção, até porque "queremos assegurar que o sector de saúde tenha, no mínimo, 20% daquilo que é o total de investimentos para garantir que a nossa população tenha acesso à saúde", garantiu Fátima Mimbire.

A cabeça-de-lista do Movimento Democrático de Moçambique acrescentou que "vamos apostar na construção de mais unidades sanitárias".

Por outro lado, Fátima Mimbire aponta o sector da educação como crucial, daí que "queremos investir 30% para que a educação se desenvolva e promova o saber". "Em especial destaque, aqui, na nossa província, queremos investir no ensino técnico-profissional. Esta é uma aposta importante, na medida em que precisamos de pessoas capacitadas e ferramentas para desenvolverem actividades na sociedade."

O Movimento Democratico de Moçambique privilegiou, ontem, o contacto interpessoal nos mercados, tendo a cabeça-de-lista, Fátima Mimbire, garantido que vai criar oportunidades de emprego para os jovens e acabar com o problema de inundações nos bairros.

As inundações urbanas preocupam, igualmente, a cabeça-de-lista do Movimento Democrático de Moçambique.

"Nós sabemos que há problemas de inundações nesta zona. Vamos construir sistemas de retenção de águas para resolver o problema", garantiu.

Na ocasião, Mimbire voltou a apontar o ensino técnico como uma das soluções para a juventude se impor na sociedade. Falando com duas estudantes, Fátima Mimbire disse: "Confiem, as coisas vão melhorar. Temos um foco muito grande nos jovens. Queremos tranquilizar-vos que, apostando em mim, vamos transformar a Província de Maputo. Quando as coisas derem certo, voltarei e vamo-nos reunir para fazermos os nossos planos de como implementar as coisas."

Muchanga promete melhorar vias de acesso

O cabeça-de-lista da Renamo, António Muchanga, garantiu, no sábado, que vai melhorar as condições das vias de acesso, ensino e saúde. Muchaga prometeu, na Matola, que vai criar condições de trabalho para a classe de professores, médicos e enfermeiros.

Uma passeata por algumas artérias e bairros da Matola, nomeadamente Santos, Língamo, Machava, Liberdade, Sikwava, Tsalala, Matola Gare, Nkobe, Mphandane, marcou o arranque, no sábado, da campanha eleitoral da Renamo na Província de Maputo.

Acompanhados pelos membros e simpatizantes do partido, António Muchanga, cabeça-de-lista e candidato a governador, procurou dar a conhecer as suas ideias de governação, assim como apelar para que se vote em Ossufo Momade, candidato presidencial deste partido.

António Muchanga assegurou, na ocasião, que vai reabilitar e construir estradas e melhorar as condições dos profissionais de saúde e dos professores.

"Uma das questões de que se reclama muito aqui na província de Maputo é o gasto de muito dinheiro com infra-estruturas descartáveis, as estradas que estão a ser inauguradas agora, a primeira chuva que cair estarão de novo cheio de covas", disse Muchanga.

Muchanga disse, ainda, que há necessidade de se investir para a melhoria da educação em Moçambique. "A cidade da Matola ostenta um parque industrial, mas temos escolas sem carteiras e alunos a aprenderem as lições no chão. Também temos o problema na forma como os professores são remunerados", frisou.

António Muchaga pediu, reiteiradamente, que se aposte em Ossufo Momade. "Apelamos para que votem no nosso candidato presidencial, Ossufo Momade, que é a ideal para resolver estes problemas que o país enfrenta."

Ontem, segundo dia da campanha eleitoral, António Muchanga escalou a Matola Gare, para dar a



conhecer o que pretende implementar, caso seja eleito.

Muchanga, acompanhado por membros do partido, fez uma passeta na qual pediu para que se vote no seu programa de governação.

"Queremos garantir que a educação será de qualidade. Queremos garantir que a saúde será de qualidade. Os enfermeiros e os médicos vão trabalhar com amor e alegria, atendendo os doentes.

"Queremos garantir que a Lei Eleitoral foi afinada por proposta da Renamo. O que aconteceu em 2023 não voltará a repetir-se, porque mais gente vai receber actas e editais", garantiu Muchanga.

Francisco Pagula promete dinamizar turismo e agricultura em Inhambane

O partido Frelimo, na província de Inhambane, procedeu à abertura oficial da campanha eleitoral no distrito de Morrumbene, terra natal do cabeça-de-lista daquela formação política, Francisco Pagula, que concorre para ser governador da província.

Texto: Hugo Firmino
Foto: O País

A apresentação pública do cabeça-de-lista foi feita por Celso Correia, chefe da brigada central do partido, destacada para aquela província.

Correia começou por explicar as qualidades de Daniel Chapo, candidato presidencial da Frelimo e qualificou-o como a pessoa certa para a Ponta Vermelha, por ser uma pessoa com experiência na governação desde a base.

A seguir, foi a vez de Francisco Pagula apresentar a sua visão de governação, que começou por dizer que pretende dinamizar o turismo, promovendo mais investimento e construindo infra-estruturas, tal como é o caso de estradas, sobretudo a que liga Mapinhane, em Vilankulo, a Phafuri, na África do Sul, como parte da estratégia de conquista de turistas de fora do país para conhecerem as praias de Inhambane.

Para Francisco Pagula, a dinamização do turismo vai permitir a melhoria da economia da província e geração de mais postos de emprego e de renda para as comunidades locais.

Pagula disse, ainda, que pretende promover a instalação de centros de formação técnica em Inhambane, para capacitar jovens e dar habilidades para que possam trabalhar na indústria extractiva, como os projectos de exploração de gás natural e de areias pesadas, dois grandes potenciais da província de Inhambane.

No sector da agricultura, Pagula propõe a criação de cooperativas que possam juntar pequenos agricultores para que estes possam receber sementes melhoradas, trabalhar vastas áreas de terra, mas também poder vender os seus produtos a grande consumidores de dentro e de fora da província.

Para Francisco Pagula, a dinamização do turismo vai permitir a melhoria da economia da província e geração de mais postos de emprego e de renda para as comunidades locais

Formados 75 observadores e 150 estudantes em matérias eleitorais na Zambézia

Texto: Jorge Marcos
Foto: O País

Setenta e cinco observadores e 150 estudantes das universidades públicas e privadas estão a ser capacitados em matérias de direitos humanos em tempos eleitorais, na Zambézia.

O coordenador da plataforma, Wilker Dias, referiu que um dos grandes problemas nos períodos eleitorais tem a ver com a preservação dos direitos humanos, já que os actores que deviam ser o garante desses direitos são os principais violadores, comprometendo, assim, o processo eleitoral e o Estado de Direito Democrático.

Wilker Dias explica que, como forma de inverter atrocidades em períodos eleitorais, é necessário uma maior disseminação sobre os direitos ao nível das comunidades, através do envolvimento de várias organizações da sociedade civil, com destaque para as interessadas no processo, uma vez que a credibilidade dos actores que deveriam ser o garante da defesa dos direitos humanos se encontra actualmente beliscada.

A formação é uma iniciativa da plataforma DECIDE, em parceria com h2N.



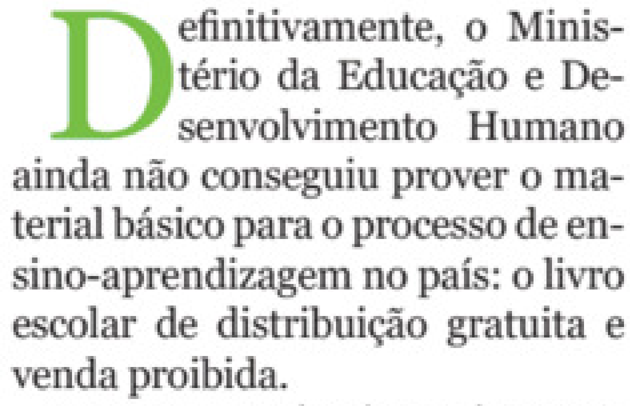
Sessão de formação

MINEDH falha meta de imprimir e distribuir mais de 22 milhões de livros escolares

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano falhou a meta de imprimir e distribuir mais de 22 milhões de livros até ao primeiro semestre deste ano. O MINEDH só conseguiu prover apenas quatro milhões de manuais.



Texto: Dário Cossa
Foto: O País



Definitivamente, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano ainda não conseguiu prover o material básico para o processo de ensino-aprendizagem no país: o livro escolar de distribuição gratuita e venda proibida.

Durante os primeiros três meses deste ano, os professores da primeira classe copiavam tudo para o caderno dos alunos de apenas seis anos de idade e novos ingressos à escola enquanto os da segunda classe davam aulas numa luta de adaptação aos chamados cadernos de actividades.

E não era suposto que fosse assim. É que, segundo o Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2024, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano deveria ter impresso e distribuído mais de 22 milhões de livros a todos os alunos do ensino primário, no primeiro semestre deste ano. Esta era não só a meta semestral, mas anual. Acontece que, até ao momento, o MINEDH não imprimiu nem distribuiu a metade do que foi planificado. Apenas quatro milhões, quinhentos e dezassete mil e quarenta e oito manuais foram disponibilizados. Ou seja, nem de longe a meta foi cumprida.

O balanço do primeiro semestre de implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2024 dá, ainda, detalhes sobre quantos livros escolares cada província recebeu até, pelo menos, ao mês de Junho.

Cabo Delgado recebeu 36 750 livros, o número mais baixo; Nampula 185 940, a província com o maior número de manuais recebidos; Tete 168 140; Manica 149 950; Sofala 182 245; Inhambane 160 650; Gaza 140 805; Província de Maputo 150 980 e Cidade de Maputo teve 79 280 manuais escolares.

A impressão e distribuição destes livros escolares corresponde a uma realização de apenas 20% do que o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano se propôs a cumprir como meta semestral e anual.

Sobre a falta de livros escolares, o Ministério da Educação já deu muitas justificações e fez promessas. Entretanto, nada disso resultou. As crianças fecharam o primeiro trimestre sem os manuais e só no fim do segundo é que começaram a receber. Nesta reportagem, vamos recordar alguns desses episódios.

Na primeira aparição para falar sobre os livros escolares, o Ministério da Educação veio a público fazer promessas não cumpridas. "Mais de 60% desses livros já estão a ser distribuídos", assegurou Manuel Simbine, porta-voz do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, no dia 19 de Maio de 2024.

Só que isto não estava a acontecer. Aliás, os tais cinco milhões de livros que o porta-voz do MINEDH fez menção não batem com o número que nos é apresentado no balanço semestral do sector no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, que é de pouco 4 517 048 manuais.

Mais tarde, ficou-se a saber que, afinal, os livros sequer tinham sido produzidos no país e muito menos chegaram às escolas por razões estranhas e, supostamente, alheias ao MINEDH.

"Os livros estarão nas escolas brevemente. Houve um contratempo na navegabilidade. Os livros estão a caminho dos portos de Nacala, Maputo e Beira", justificou Manuel Bazo, vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, numa entrevista do dia 30 de Maio de 2024.

Entretanto, antes disso, o ministro da Ciência e Tecnologia esteve na Assembleia da República, onde garantiu que os livros já estavam no país. "O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano está em processo de recepção e distribuição do material de aprendizagem obtido para o ano de 2024. Com efeito, já foram recebidos alguns materiais de aprendizagem nos três portos principais de Moçambique, nomeadamente, Maputo, Nacala e Beira. Transportadores foram contratados e iniciaram a sua distribuição para os serviços distritais de Educação, Juventude e Tecnologia e estes para as escolas", revelou Daniel Nivagara, ministro da Ciência e Tecnologia, em Abril deste ano.

Até aqui, a ministra do sector nunca se tinha dignado a dar as caras e explicar o que se passava com o livro escolar. Já quase no fim do segundo trimestre, Carmelita Namashulua foi interpelada pela imprensa e questionada sobre o atraso na chegada do livro escolar e ela recusou-se a responder, limitando-se a chamar a imprensa para o Ministério da Educação para responder a todas as suas perguntas.

E no Ministério da Educação, não foi a ministra quem respondeu às perguntas da imprensa, mas o seu porta-voz, que, de novo, fez promessas.

"Iniciou-se, agora, o processo de descarregamento de livros no porto e vão ser, nos próximos dias, distribuídos pelas escolas e pelos alunos. Já temos os livros da segunda classe no país. Nos próximos dias, poderemos ter melhor informação para partilhar porque é preciso colher os dados no terreno. O importante é dizer que os livros já chegaram no país", garantiu Manuel Simbine, porta-voz do MINEDH, isto no dia 24 do mês passado (Julho).

A ideia inicial era que os livros escolares das primeiras três classes fossem produzidos a nível nacional e com recursos próprios. Para isso, o Governo deu ao Ministério da Educação cerca de 400 milhões de Meticais.

E isto foi só um sonho. Os manuais, mais uma vez, foram impressos fora do país e Namashulua garantiu que já estão a ser distribuídos.

"Os livros já estão no terreno e a ser distribuídos. É só isso. A nossa resposta é essa. A distribuição é feita em todo o país", sublinhou a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Carmelita Namashulua, no dia 22 de Julho de 2024.

O jornal O País sabe que os livros em distribuição não estão a ser suficientes para todos os alunos. Alguns têm apenas um manual e os outros, nenhum. O facto é que falta apenas um trimestre para o fim do ano lectivo e, a estas alturas, já se devia perspectivar a disponibilização deste material didático para o ano lectivo de 2025 que, geralmente, chega a partir de Novembro.

SOCIEDADE

Famílias vivem no recinto do Cemitério de Lhanguene em Maputo

Há famílias que vivem muito perto do Cemitério de Lhanguene, na Cidade Maputo. Devido à proximidade e precariedade das valas comuns, enfrentam o mau cheiro e ossadas humanas em seus quintais.



Texto: Redacção
Foto: O País

Trata-se do cemitério de Lhanguene, localizado na Cidade de Maputo. O lugar de descanso para alguns acaba por ser de perturbação para outros.

"Temos essa inquietação. Afinal, porque trazem os mortos para enterrar próximo às nossas residências e não lá longe?", questionou, aparentemente agastada, Reinilda Mazive, residente do bairro Luís Cabral.

O grito de socorro é de quem há décadas reside a escassos metros de uma vala comum e enfrenta moscas e cheiro nauseabundo provocado pelos corpos decompostos, principalmente na hora das refeições.

"Não passo nenhuma refeição quando o cheiro começa a fazer-se sentir. Abrem covas pequenas e metem pouca areia sobre os corpos", denunciou a dona Reinalda.

Uma viatura branca com contentor na bagageira é usada pela edilidade de Maputo para levar os corpos abandonados nas morgues dos hospitais central e geral para as valas comuns. O trabalho é feito à luz do dia e, às vezes, com pouco cuidado.

"Todos os dias, de manhã e de tarde, quando este carro chega sentimos o mau cheiro. Quando passa, deixa manchas de sangue e, quando chamamos atenção, eles ignoram-nos", contou um munícipe.

Ana Judite reside neste bairro há mais de 30 anos e agora teme pelo bem estar das suas crianças.

"Estamos expostos. O carro entra à luz do dia enquanto as nossas crianças estão aqui, na rua. Elas crescem a ver o carro da vala comum todos os dias. Isso nos preocupa", expressou a sua preocupação Ana Judite.

Enquanto a mudança não ocorre, pelo menos um muro mais comprido podia aliviar o coração desta mãe. "Quando amanhece, nós vamos atrás do sustento e as crianças ficam em casa. Elas entram no cemitério e talvez façam trabalhos lá dentro, como vender água, mas nós não temos como controlar. Isso nos preocupa bastante e por isso pedimos uma solução de um muro mais alto, pelo menos por enquanto", apelou.

Custódio da Ravuga é chefe do quarteirão 43 e reside na célula "J" desde a década de 1990. Hoje, lembra-se dos cenários assustadores que testemunhou.

"Assistimos a cenários críticos. Cães entravam na vala comum e puxavam ossos de mortos. Uma vez encontrámos um braço de uma criança no quintal da nossa vizinha", lembrou Custódio da Ravuga, chefe do quarteirão 43 no bairro Luís Cabral.

Por sua vez, a edilidade acusa os residentes de invadirem o cemitério.

"Nós não podemos deslocar o cemitério, ele está lá antes daquelas famílias e a área reservada para vala comum está dentro deste perímetro do cemitério. O que deve haver é um diálogo com as famílias, de modo a que elas entendam que não podem ultrapassar a estrada e saltar para dentro do cemitério, mas também concordamos que é preciso, sim, colocar um muro mais comprido", explicou Helder Muando, director de Morgues e Cemitérios.

O cenário pode ficar ainda pior, porque o número de corpos tende a aumentar nas morgues.

"No início, fazíamos vala uma vez por semana, mas, actualmente, somos obrigados a fazer três a quatro valas, o que totaliza cerca de 40 corpos em sete dias", disse Hélder Muando.

Este cemitério até pode ser calvário para alguns, mas é um lar para outros. Por aqui, a morte deixou de ser temida.

No local, é possível ver famílias a visitarem as campas dos seus entes queridos ou a realizarem funerais, mas não muito longe, vê-se também outros grupos de jovens e crianças a divertirem-se com a bola.

É assim todos os dias. Quando uns enterram um ente querido, há quem, a partir do seu quintal, contempla o cenário e pensa em ter uma vida melhor.

"Nós já estamos acostumados. Ouvimos a cantar ou a chorarem, mas estamos aqui, não temos para onde ir", lamentou uma residente do bairro dentro do cemitério.

A coragem dos residentes só é superada por ladrões que sempre usam o escuro do cemitério para se esconder das suas vítimas.

"Nós não temos medo, porque não há fantasmas. Só temos medo de ladrões, porque roubam e se escondem nas campas", explicou outra moradora.

Devido ao medo, há mulheres neste bairro a quem é negado o casamento.

"Quando uma família vem para uma cerimónia de apresentação, é obrigada a atravessar pelo cemitério e saltar campas. O cenário expulsa prováveis maridos e a família chega a dizer que o nosso filho foi casar-se no cemitério. As pessoas pensam que, pelo facto de estarmos a viver no cemitério, também, estamos mortos", explicou um jovem do mesmo local.

Mais uma vez, Hélder Muando reitera que estes escolheram viver num local proibido.

"Aquele é um exemplo clássico de famílias que foram ao cemitério, e, mesmo assim, reunimos com a comunidade para explicar o nosso projecto de muro, definimos o perímetro de onde iria circular o muro e perímetro pelo qual passaria uma rua que separaria as famílias do cemitério, mas eles invadiram. Nós não podemos falar de reassentamento, porque estamos dentro da nossa área", disse o director de Morgues e Cemitérios.

Reclamações à parte, os jovens de Luís Cabral superaram o drama de viver entre os mortos e acharam uma oportunidade de emprego. Os jovens ocupam-se com a construção e pintura de campas, e chegam a ganhar até cinco mil Meticais por mês.

Não é de hoje que as pessoas ganham a vida no cemitério. Há um ancião que trabalha neste cemitério há 46 anos.

"Quando decidi abraçar este trabalho a minha própria família não gostou da ideia, mas como foi Deus que me incumbiu a missão, não recuei. Houve várias reuniões com a família para tentar sensibilizar-se de forma a deixar, mas questionei-os sobre a razão. Não me arranjaram um emprego melhor quando estava desempregado", explicou o ancião que de tanto conviver com os mortos, nada mais o espanta.

Devido à escassez de espaço, o Cemitério de Lhanguene foi encerrado para novos funerais e aberto o de Michafutene, em Marracuene, que também já se ressente da pressão, realizando, por vezes, mais de dez enterros num só dia.

Moçambique terá até 2025 sistema para reforçar segurança pública



Filipe Nyusi, Presidente da República

Texro: Amândio Borges
Foto: O País

O Presidente da República lançou, na sexta-feira, na Cidade de Maputo, a primeira pedra para a construção do edifício do sistema de informação de gestão da segurança pública do Ministério do Interior, que vai contribuir para combater crimes como raptos, terrorismo, crimes transnacionais, entre outros.

Num contexto em que o país se debate com crimes violentos como o terrorismo, raptos, tráfico de pessoas, de órg-ãos humanos, de drogas, entre outros, Moçambique terá um sistema de informação de gestão de segurança pública, cuja primeira pedra para as instalações foi lançada esta sexta-feira no recinto do comando da Polícia na Cidade de Maputo.

O projecto é de abrangência nacional, visa proteger as pessoas, propriedades e melhorar a economia.

"A implementacao deste projecto num contexto desafiante para o nosso país no que tange a seguranca interna particularmente na prevenção e combate à criminalidade transnacional, organizada, e outras formas de manifestação crimosa, tais como raptos, roubos de viaturas, tráfico de drogas, tráfico de seres humanose migracão ilegal, contrabando de mercadorias, braqueamento de capitais já há muito era aguardada. Ninguém aqui pode dizer e confundir de propósito e manipular informação de que este projecto veio resolver e finalizar o terrorismo ou veio terminar raptos, mas é um caminho meio andado para através de difenetes métodos que a polícia e a inteligência usam para poder encontrar soluções e esta é uma das formas", disse Filipe Nyusi.

O projecto está orçado em 11 milhões de dólares financiados pelo Exm bank da Coreia e prevê-se a construção e operacionalização de 54 estações de sistemas de comunicações em Nampula, Cidade de Maputo e província com o mesmo nome.

"O Projecto do sistema de informação de gestão de segurança pública do Ministério do Interior, SIGESP-MINT na sua abreviatura, visa introduzir tecnologia digital e de ponta para para aperfeiçoar os processos de entendimento dos pedidos de intervenção dos cidadãos a PRM, ao SERNIC e ao SENSAP nas Cidades de Maputo, Matola e Nampula".

Espera-se que as obras sejam concluídas até Dezembro de 2025 e sejam executadas pelo consórcio Hyundai e Samsung.

Vendedores de rua em Maxixe queixam-se da má actuação da polícia municipal

Texto: Redacção
Foto: O País

Basta circular um pouco por algumas artérias da cidade da Maxixe para encontrar bancas montadas nos passeios e vendedores nas ruas.

A chamada capital económica de Maxixe transforma-se, aos poucos, num mercado a céu aberto e os vendedores alegam falta de espaços nos mercados.

Por outro lado, os mesmos queixam-se da actuação da polícia municipal, que, segundo eles, arranca os seus produtos.

É que, segundo eles, muitas vezes a polícia chega aos pontos onde estes estão a vender e começa a arrancar os produtos, como forma de forçá-los a sair do local. Uma das vendedeiras, ouvida pelo "O País" revelou que já perdeu mandioca e como que vende na rua, como resultado a má actuação da polícia municipal.

Os vendedores dizem que há agentes que não querem dialogar com os mesmos, limitando-se a levar os bens. "Eles chegam aqui, só levam nossas coisas, não falam connosco, não dizem nada, mesmo agora, se vierem, vamos deixar de falar convosco e vamos fugir", revelou uma das vendedeiras.



Uma outra vendedora também ouvida pelo "O País" reconheceu que há agentes que reconhecem a situação em que aqueles homens e mulheres se encontram e preferem dialogar com eles no sentido de os persuadir a sair das ruas.

Por outro lado, há quem veja razões para a atuação da polícia municipal e reconheça haver excessos por parte de quem vende na rua. "Muitas vezes, nós exageramos, por isso, às vezes, a polícia arranca nossas coisas", disse um jovem vendedor de rua quando contava que, em alguns casos, os vendedores não seguem a regras mínimas do exercício da actividade ou param em qualquer lugar, sem um mínimo de organização.

O edil de Maxixe diz que essa não é função da polícia municipal e promete trabalhar com os seus agentes, pois reconhece que aquelas pessoas estão nas ruas para buscar o sustento das suas famílias e, por isso, a polícia nunca recebeu ordens para retirar os produtos dos vendedores.

Issufo Francisco reconhece que a presença de vendedores nas ruas de Maxixe é um assunto complexo e promete que vai organizar melhor o comércio informal, começando por identificar um lugar em que esses possam estar para exercer a actividade e assim evitar que se espalhem por toda a cidade, sem um mínimo de organização.

O governante disse que a edilidade está a trabalhar na identificação do espaço e na busca de melhores soluções para não matar o negócio daqueles homens e mulheres, mas também não desrespeitar a postura urbana da cidade.

Nas ruas, há quem venda produtos frescos, como hortícolas e vegetais perto de águas paradas que foram descartadas, depois de usadas para diversos fins.

"Governo ignora problema de poluição ambiental em Tete"

O Centro Terra Viva acusa o Governo de estar a fazer vista grossa diante de um problema grave que assola comunidades em Moatize. Para além de fiscalização, a organização afirma que o reassentamento seria uma das formas de resolver o problema.

É a reação do Centro Terra Viva uma de várias entidades no país, que lida com programas de gestão sustentável dos recursos naturais e promoção dos direitos das comunidades, que diz não serem necessários mais elementos para perceber a gravidade da vida humana em Moatize.

A entidade diz haver negligência por parte do Governo.

"Aquele nível de nuvens, de poeira, parece-me haver uma situação irregular. E não é preciso especialista para entender que está a haver fenómeno. Se a população está a reclamar, então devia haver imediatamente uma aproximação das autoridades, da AQUA e de outros para verificar e poderem resolver a situação", disse Semântica Remane, directora-executiva do Centro Terra Viva.

O Centro reconhece também a incapacidade das organizações da sociedade civil em comprovar com ensaios o nível do perigo em que as comunidades estão inseridas, mas para o caso de Moatize há elementos suficientes para intervenção.

"Não somos médicos especialistas em análise da água ou de partículas, mas eu acho que o Governo, como tal, ou o Estado moçambicano tem de olhar para isso, tem de trazer os especialistas necessários para poder medir o nível de poluição que está a haver e tomar medidas", reitera.

Para já, o reassentamento das comunidades severamente associadas é uma necessidade urgente, afirma a organização.

"Como já se viu, está numa situação que não é ambientalmente saudável para as pessoas que ali vivem. Então, realmente deviam ser reassentadas, mas o estudo a seguir é onde vão ser reassentadas..

Após a queixa formal enviada às autoridades locais por um grupo de moradores, o governo distrital de Moatize disse ao O País que estão em curso algumas medidas para a mitigação do problema.

SOCIEDADE

Pai e filhos detidos por matar um homem e abandonar corpo numa lixeira

Um pai e seus dois filhos estão detidos desde a última sexta-feira, acusados de matar um homem e abandonar o corpo da vítima numa lixeira, no município da Matola, Província de Maputo.

Texto: Julieta Zucula
Foto: O País

O caso deu-se no passado dia 9, quando, segundo os indiciados, durante a madrugada, se aperceberam de um movimento estranho no interior da sua residência, e após despertarem, aperceberam-se de que se tratava de um ladrão.

"Eu já havia sofrido um roubo uma semana antes. Então, já dormia atento. Quando vi que se tratava de um ladrão, chamei os meus filhos e os vizinhos. Dei algumas chapadas, mas leves, só para fazê-lo confessar o crime", relatou o pai.

O homem contou que, de seguida, porque já havia amanhecido e estava na sua hora de ir trabalhar, mandou os seus filhos levarem o homem à esquadra, que dista cerca de 400 metros da sua residência e, depois disso, não sabe mais o que terá acontecido.

Já o seu filho explicou que, de facto, cumpriu a ordem dada pelo seu pai, mas, quando levava o "ladrão" para a esquadra, perceberam que o mesmo já não estava bem e decidiu desviar a rota para o hospital. Entretanto, durante o percurso, viram que o jovem já não estava a respirar e, por medo, decidiram abandonar o corpo na lixeira.

Segundo o Serviço Nacional de Investigação Criminal, na Matola, o corpo foi identificado horas depois, por populares, escondido dentro do lixo.

"Naquela zona, há casas e empresas com câmaras de segurança e, nas nossas investigações, conseguimos localizar o carro que transportou o corpo e identificar a matrícula do mesmo, assim chegamos até ao proprietário e indicou-nos estes cidadãos, cujas referências batem com o ocorrido", explicou o porta-voz.

A família da vítima reconheceu que o finado era, de facto, um ladrão e que esteve preso durante oito anos por conta das suas práticas, mas que estava solto há cerca de três meses.




Sede: Cidade de Maputo, Rua Timor-Leste, Número 108.
Redacção
opais@soico.co.mz
Telefone: 21 315117/8
Serviços Comerciais:
Cell: 84 47 21 277
comercial@soico.co.mz
Baixa o aplicativo:

Siga-nos: @opaisonline @opaismz

PCA
Daniel David

Directora de Informação
Olívia Massango

Chefes de Redacção
Emildo Sambo e António Tiua

Repórteres
Sociedade e Cultura: Dário Cossa, José dos Remédios e Julieta Zucula;
Política: Francisco Mandlate, José João;
Economia: Clemêncio Fijamo e Afonso Chavo;
Desporto: Aristides Cavele, Elísio Uamusse;
Correspondente: Hugo Firmino (Inhambane) Carlitos Cadangue (Manica), Francisco Raiva (Sofala), Jorge Marcos (Zambézia), Ricardo Machava (Nampula) e Hizidine Achá (Cabo Delgado);
Fotografia: Paginação e Infografia: Imídio Mahumana

ÚLTIMAS

Black Bulls confirma presença na segunda eliminatória da Taça CAF

A Associação Black Bulls confirmou, no sábado, a presença na segunda eliminatória da Taça CAF ao vencer o Alizé Fort das Comores, por quatro bolas sem resposta. Os "touros" passam a eliminatória com um agregado de 11-0 depois de no jogo da primeira "mão" terem goleado os "ilhéus" por expressivos 7-0.

Texto: Redacção
Foto: O País



Tal como havia prometido, Hélder Duarte fez uma revolução no "onze", lançando jovens na partida em detrimento dos que entraram de início no jogo da primeira "mão". Desde logo as saídas de Kadre, Hamed, Melque, Nené e Ernani, ou seja, do núcleo duro da equipa. O técnico da Black Bulls estava ciente de que a eliminatória estava resolvida, daí que refrescou a equipa pensando nos próximos compromissos, com destaque para o Moçambola, prova na qual é líder isoslado com 30 pontos.

A vitória dos "Touros" começou a desenhar-se através de Victor, que surgiu numa boa posição a concluir com êxito. O jovem jogador já tinha feito o mesmo no jogo da primeira "mão". À semelhança de Victor, Fernandinho e Ayuba voltaram a estar em evidência, marcanado golos. Os dois jogadores foram lançados na segunda parte na primeira "mão" e deram gosto ao pé.

Naquele que é o seu segundo jogo nas competições africanas, Kelvio também participou na festa marcando um golo, depois de ter assinado uma assitência no jogo da primeira "mão". A Black Bulls deverá defrontar o vencedor da partida entre o 15 de Agosto da Guiné Equatorial e AS Otoho da República Democrática do Congo.

Mais de três mil pessoas participaram na corrida azul do Standard Bank

Texto: Jaime Inácio
Foto: O País



Mais de três mil pessoas, nacionais e estrangeiros, participaram, neste domingo, na sexta edição da corrida azul, organizada pelo Standard Bank. O evento encerrou-se nas cerimónias de celebração dos 130 anos do banco e contou com a introdução dos 30 quilómetros como grande novidade.

Pela sexta edição, a Cidade de Maputo voltou a acolher a corrida azul, maratona de atletismo organizada pelo Standard Bank, que desta vez contou com a participação de mais de três mil atletas, nacionais e estrangeiros.

Participaram da 10 de Novembro, atletas concorrentes nas categorias de 30, 21, 12 e 7 quilómetros, dentre funcionários, populares, e veteranos, onde a inclusão da pessoa com deficiência foi notória.

O Standard Bank diz ter conseguido organizar um evento à altura de um banco centenário.

"É o facto de nós termos tido pessoas que usam cadeiras de rodas, que usam triciclos para participarem. Portanto, é uma nova imagem que Standard Bank quer mostrar a sua inclusão social, a sua participação na inclusão social, trazer essas pessoas. Mas também aumentamos o número de quilómetros e estamos satisfeitos em saber que há pessoas que conseguem correr os 30 quilómetros", disse Esselina Macome, PCA do Standard Bank.

O banco diz estar com um projecto definido para o apoio ao desporto no país,

"Já apoiámos a Universidade Eduardo Mondlane para participar nos jogos em que ela estava nos países vizinhos, mas temos de uma forma estruturada, dando o nosso apoio ao desporto. Portanto, o desporto é uma das áreas de intervenção do Standard Bank", fez saber a dirigente.

Para além de acompanhar de perto a evolução da corrida azul, o Governo quer fazer desta maratona uma atração turística.

O secretário do Estado do Desporto, Gilberto Mendes, avançou que "acho que está muito positivo, está cada vez melhor, estão de parabéns ao voltar a realizar o certame".

Embaixador da Venezuela nega fraude e diz que o país é exemplo de democracia

O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela confirmou, recentemente, a vitória do Presidente Nicolás Maduro nas eleições de 28 de Julho. A decisão continua a ser contestada pela oposição e pela comunidade internacional, que denunciam fraude no processo.

Em entrevista no programa Observatório Internacional da STV Notícias, Modesto Espinoza, embaixador da Venezuela em Moçambique, desmentiu as acusações de fraude e acusou os Estados Unidos de querer se apoderar das reservas de petróleo do país a todo custo.

"Essa afirmação é mentirosa, é falsa e está carregada de propaganda política. Não houve fraude. A fraude foi cantada muito antes da eleição, como digo agora a todos que nos vêem e nos escutam. Esta fraude foi cantada muito antes, foi anunciada. Se há um propósito fundamental nisso tudo é que se querem apoderar do recurso natural da Venezuela. Venezuela tem a maior reserva de petróleo do mundo, reserva comprovada, isso quer dizer que há mais petróleo. Os Estados Unidos querem essa reserva e querem-na à força", garantiu.

Modesto Espinoza diz também que as manifestações, que fizeram vários mortos, eram parte de um plano de golpe de estado que "estava encabeçada pelo senhor candidato Edmundo González Urrutia e a senhora Maria Corina Machado. Eles eram o autores fundamentais deste golpe de estado e, para eles, para este plano, tinham previsto cantar fraude, inclusive muito antes do processo eleitoral, cantaram fraude, já insinuavam, declaravam que haveria fraude", afirmou.

O diplomata pôs "a mão no fogo" e garantiu que o seu país é um exemplo de democracia "não somente para a América Latina. Venezuela é um exemplo para o mundo, porque tem um sistema eleitoral que não existe no mundo: uma pessoa, um voto. Anteriormente, antes da revolução, uma pessoa poderia emitir até 10 votos, 15 votos e dizia que a acta e que o voto era marcado na acta", esclareceu.

Modesto Espinoza deixou claro que a Venezuela está cada vez mais independente da comunidade internacional, pelo que o endurecimento das sanções pelos Estados Unidos não terão o impacto desejado.